



## **Superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini: entrevista com Dra. Roberta Sperandio Traspadini**

Mario Soares Neto<sup>1</sup>

### **Resumo**

A presente entrevista com a professora Dra. Roberta Sperandio Traspadini foi realizada entre os meses de abril e maio de 2020. A professora Traspadini é vinculada à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A entrevista abordou questões relativas à atualidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD), com destaque para as discussões sobre a categoria superexploração da força de trabalho formulada por Ruy Mauro Marini, na obra *Dialética da Dependência* (1973). Ao longo do presente material, julgamos necessário realizar uma breve apresentação com o estabelecimento de aspectos biográficos acerca da nossa entrevistada, destacando algumas das suas principais publicações (entre livros e artigos). Ademais, trabalhamos na inserção de notas e referências bibliográficas para que sejam auxiliares aos leitores no aprofundamento dos estudos em torno da TMD.

**Palavras chave:** Teoria Marxista da Dependência (TMD), Ruy Mauro Marini, Superexploração do trabalho.

## **Superexplotación de la fuerza laboral en Ruy Mauro Marini: entrevista a la Dra. Roberta Sperandio Traspadini**

### **Resumen**

La presente entrevista con la profesora Dra. Roberta Sperandio Traspadini se realizó entre abril y mayo de 2020. La profesora Traspadini está afiliada a la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA) y al Programa de Posgrado en Trabajo Social de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). La entrevista abordó temas relacionados con la actualidad de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), con énfasis en las discusiones sobre la categoría de superexplotación de la fuerza de trabajo formulada por Ruy Mauro Marini en la obra *Dialética da Dependência* (1973). A lo largo de este material, creemos necesario hacer una breve presentación con el establecimiento de aspectos biográficos de nuestra entrevistada, destacando algunas de sus principales publicaciones (entre libros y artículos). Además, trabajamos en la inserción de notas y referencias bibliográficas para ayudar a los lectores a profundizar los estudios sobre TMD.

**Palabras clave:** Teoría marxista de la dependencia (TMD), Ruy Mauro Marini, Superexplotación del trabajo.

<sup>1</sup> Advogado, Professor e Pesquisador. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. Coordenador do Curso Marxismo e Pan-Africanismo: Introdução à História da África e da Diáspora Africana. [mario.adv.soares@gmail.com](mailto:mario.adv.soares@gmail.com)

## Overexploitation of the workforce in Ruy Mauro Marini: interview with Dr. Roberta Sperandio Traspadini

### Summary

The present interview with Professor Dr. Roberta Sperandio Traspadini was carried out between April and May 2020. Professor Traspadini is affiliated with the Federal University of Latin American Integration (UNILA) and the Post-Graduate Program in Social Service of Federal University of Santa Catarina (UFSC). The interview addressed issues related to the current Marxist Theory of Dependence (MTD), with emphasis on the discussions on the category of overexploitation of the workforce formulated by Ruy Mauro Marini, in the work *Diálética da Dependência* (1973). Throughout this material, we believe it is necessary to make a brief presentation with the establishment of biographical aspects about our interviewee, highlighting some of her main publications (among books and articles). In addition, we work on inserting notes and bibliographic references to assist readers in furthering studies on MTD.

**Key words:** Marxist Theory of Dependence (MTD), Ruy Mauro Marini, Overexploitation of work.

### 1. Introdução: quem é Roberta Sperandio Traspadini?

Roberta Sperandio Traspadini é economista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1995. Possui mestrado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, em 1998, e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora do curso de graduação em Relações Internacionais da Integração Latino-Americana (UNILA), bem como da Pós-Graduação em Relações Internacionais nesta mesma instituição. É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o grupo de trabalho Marxismo e resistências do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), coordenado por Nayar López<sup>2</sup> e Nestor Kohan<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Nayar López Castellanos é Cientista Político. Mestre em Estudos Latino-americanos e Doutor em Ciência Política pela Universidad Autónoma de México (UNAM), da qual é professor desde 1996. Também é professor da Universidad Autónoma de la Ciudad de México (UACM) desde 2004. Ver: CASTELLANOS, Nayar López. *La ruptura del Frente Sandinista*. México, D. F. Plaza y Valdés, 1996; *Izquierda y Neoliberalismo de México a Brasil*. México, D. F. Plaza y Valdés, 2006. Ver também: <https://www.clacso.org/marxismos-y-resistencias-del-sur-global/>

<sup>3</sup> Néstor Kohan é um Filósofo, intelectual e marxista argentino. É Doutor em Filosofia e professor da Universidad de Buenos Aires (UBA). Kohan é coordenador da cátedra Che Guevara – Colectivo Amauta e membro de Asociación Argentina Antonio Gramsci. Ver: KOHAN, Néstor. *El Capital Historia y método: Una introducción*. Buenos Aires, Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2001; *Marx em su (Tece) mundo. Hacia um socialismo no colonizado*. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2003; *En la selva (Los estudios desconocidos del Che Guevara. A propósito de sus Cuadernos de lectura de Bolivia)*. Barcelona: Editorial Yulca, 2013.

Roberta Traspadini coordena o Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina (OBEPAL-UFES-UNILA) e dirige o Grupo de Pesquisa: Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina (UNILA), cadastrado na plataforma CNPq. A nossa entrevistada é militante ligada aos movimentos sociais e organizações populares do Brasil e de outros países da América Latina, dedicando-se ao longo de sua trajetória a contribuir nos cursos de formação política da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF/SP, da Via Campesina Cone Sul e nos sindicatos vinculados às lutas populares por direitos no Brasil.

Dentre as suas obras destacamos *Ruy Mauro Marini – Vida e obra*, escrita em parceria com João Pedro Stédile, publicada no ano de 2005, e *A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso*, de 2014. Sua tese de doutorado defendida em 2016 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) versou sobre: *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas*.

Ademais, Traspadini é autora de diversos artigos publicados em revistas brasileiras e latino-americanas, dentre os quais destacamos: *Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?* (2013); *América Latina: entre pontes, muros e oceanos* (2016); *A dialética da dependência contemporânea: a educação como mercadoria* (2018); *América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência* (2019), dentre outros. Para os jornais brasileiros escreveu para o Brasil de Fato de 2005 a 2016. Atualmente escreve para o Le Monde Diplomatique Brasil.

## 2. A entrevista

**Questão:** A Sr<sup>a</sup> é autora de “*Ruy Mauro Marini – vida e obra*”, que elaborou em parceria com o economista João Pedro Stédile. Com a sua produção, o público leitor brasileiro passou a dispor de uma importante referência teórica para os estudos sobre superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, qual é a importância da Teoria Marxista da Dependência (TMD) na atualidade?

**Roberta Traspadini:** Em primeiro lugar, sobre o livro organizado por mim e pelo João Pedro Stédile <sup>4</sup>, publicado em 2005, gostaria de destacar três elementos importantes que contextualizam sua pergunta.

O primeiro elemento consiste na circunstância histórica da Ditadura Militar (1964-1985), os campos de conhecimento na produção intelectual e as respectivas confusões posteriores na produção da imagem, dirigida como senso comum, sobre a composição da esquerda no Brasil nos anos 1960-1970. Reitero neste primeiro elemento a total invisibilidade acadêmica e política das teses e produções de Ruy Mauro Marini <sup>5</sup> em pleno século XXI, como referência central para a compreensão da formação social e histórica do Brasil e da América Latina. Reivindicar a pedagogia do exemplo presente nos e nas intelectuais da Teoria Marxista da Dependência (TMD) significa lutar, no nosso tempo, contra o memoricídio, o epistemicídio e o homicídio intelectual promovido por alguns contra diversos sujeitos da classe.

Houve por parte dos representantes tirânicos e dos protagonistas da violenta desordem militar, um apagamento intencional e genocida tanto dos sujeitos quando das ideias conformadas por diversos grupos contrários à ordem do capital no país. Então, o apagamento das teses do Ruy – melhor dito, de sua vida e obra - precisa ser entendido nos registros violentos

<sup>4</sup> João Pedro Agustini Stedile (1953-). Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Pós-Graduado pela Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM. Dirigente da Via Campesina e do MST. Ver: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Ver: STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil* (Tomo I). São Paulo: Expressão Popular; 2005a; Tomo II, 2005b; Tomo III, 2005c; Tomo IV, 2006a, Tomo V, 2006b, Tomo VI, 2013a; Tomo VII, 2013b; Tomo VIII, 2013c; Tomo IX, 2013d. Ver também: STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. Ver: STEDILE, João Pedro et. al. *Classes Sociais em Mudança e a luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Ver também: STEDILE, João Pedro et. al. *Leituras da crise*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

<sup>5</sup> Ruy Mauro Marini (1932-1997). Economista e sociólogo brasileiro. É uma das principais referências da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Nascido em Barbacena, Minas Gerais, estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (posteriormente denominada UFRJ). Logo após iniciou estudos de Ciências Sociais na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), momento no qual, foi orientado pelo Sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982). Estudou na França entre 1958 e 1961. Ao regressar ao Brasil liga-se à Organização Política Operária (Polop). Entre 1962-1964 foi professor da Universidade de Brasília (UNB). No entanto, com o golpe militar de 1964, foi exilado no México (1964-1969), Chile (1969-1973). Neste último país atuou no âmbito do Movimiento de Izquierda Revolucionária – MIR. Com o golpe militar chileno, parte mais uma vez rumo ao Panamá, México e Alemanha. Em 1974 assumiu o cargo de professor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Em 1977 fundou o Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário da América Latina (Cidamo), que funcionou até 1982. Ver: MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, S. A. 1981.; MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader*. - Petrópolis: RJ: Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.; MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica da dependência / Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs)*. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005. Ver: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis, Editora Insular, 2013. Ver artigos no “*Archivo Ruy Mauro Marini*”, dentre os quais: [Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital](#) (1979); *El ciclo del capital en el economía dependiente* (1979); *El concepto de trabajo productivo* (1993) e *Las raíces del pensamiento latino-americano* (1994). IN: <http://www.marini-escritos.unam.mx/index.html> Acesso em 03/04/2020.



da história da ditadura militar no Brasil e na América Latina durante as décadas de 1960 a 1980.

Mas houve também o silenciamento de vozes no interior do campo crítico. Compreender esta dimensão nos exige reforçar a história do pensamento crítico e das teses políticas relativas à batalha das ideias e das tendências mesquinhas de ocultamento de teses ou silenciamento de vozes, com vistas a consolidar teses hegemônicas sobre a história e realidade brasileira, sem levar em consideração outras perspectivas que potencializariam em geral outros caminhos políticos avessos ao desenvolvimento proposto. Isto aconteceu com muita gente importante como Clóvis Moura<sup>6</sup>, Jacob Gorender<sup>7</sup>, Lélia González<sup>8</sup>, o próprio Caio Prado Jr<sup>9</sup>. E não menos intenso foi com os intelectuais que se apresentavam como pensamento crítico revolucionário ancorado na teoria valor-trabalho latino-americana como Marini, Bambera<sup>10</sup> e

<sup>6</sup> Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003). Sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro. Intelectual marxista foi fundador da Sociologia da Práxis Negra, questionando teoricamente e desconstruindo a interpretação de Gilberto Freyre que advogou a ideia abstrata de passividade do negro no Brasil. Clóvis Moura, em contrapartida, resgatou as inúmeras lutas do povo negro na resistência à escravidão e nos quilombos. Foi militante do PCB e, a partir de 1962, do PCdoB. Ver: MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981; *Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global, 1983; *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988; *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1992; *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994; *Os Quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001; *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

<sup>7</sup> Jacob Gorender (1923-2013). Historiador e Sociólogo marxista brasileiro. Nascido em Salvador-Bahia, começou seus estudos universitários na Faculdade Livre de Direito da Bahia entre 1941 e 1943, onde entrou em contato com o marxismo. Foi militante do PCB até 1967, posteriormente, fundando o PCBR. Ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Editora Ática, 1985; *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990; *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998; *O Escravidão Colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

<sup>8</sup> Lélia Gonzalez (1935-1994). Intelectual brasileira, fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU). Formada em História e Filosofia. Mestra em Comunicação e Doutora em Antropologia Social. Foi professora de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Ao longo da sua trajetória dedicou-se a investigar as relações entre gênero, raça e racismo. Ver: GONZALEZ, Lélia. *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*. Pittsburgh: 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association, 5 a 7 de abril de 1979; *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244; *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018. Ver também: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

<sup>9</sup> Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990). Historiador, geógrafo, político e escritor brasileiro. Um dos mais importantes intelectuais marxistas no Brasil. Foi militante do PCB. Ver: PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004; *Evolução Política do Brasil: e outros estudos* / Caio Prado Jr.; Entrevista Antônio Cândido; Posfácio Paulo Henrique Martinez. – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; *Coleção Caio Prado Júnior; A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. Entrevista Chico de Oliveira; Posfácio Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>10</sup> Vânia Bambera (1940-2015). Cientista Política e Economista brasileira. Uma das principais referências da teoria marxista da dependência (TMD). Nascida em Belo Horizonte, estudou na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília e Universidade Nacional Autónoma do México. Foi professora dessas duas últimas universidades. Participou com um conjunto de intelectuais, dentre os quais Theotônio dos Santos, de uma Comissão voluntária de Defesa da Revolução Cubana. Foi militante da Organização Política Operária (Polop) que combateu a ditadura militar no Brasil. Exilada no Chile, integrou o Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso). Ver: BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica. México*, Ediciones Era, 1978.; e BAMBIRRA, Vânia. *Teoría marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Editora da Universidade de

Dos Santos<sup>11</sup>. Isto, somado à construção de um campo hegemônico, anterior à ditadura, forjado pelo pensamento social da USP que se apresentava como “pensamento força” e que gerou muitas distorções ao longo do tempo, invisibilizando ainda mais o debate crítico sobre o desenvolvimento, quando relatava apenas suas próprias teses, ou o que é pior, o equívoco das interpretações sobre outros campos, sem nominá-los em sua completude como foi o caso da frágil, mas efetiva batalha travada no campo intelectual entre Fernando Henrique e seus insuficientes argumentos contrários às teses de Marini.

Então podemos afirmar três condições de invisibilidade: a ditadura propriamente dita, a formação intelectual hegemônica uspiana e a narrativa desenvolvimentista antimarxista de Cardoso. Todos eles contribuíram com diferentes tons de violência para que chegássemos ao século XXI sem termos as referências de Marini, Bamberra, Moura, Gorender, González, como exemplos concretos do bom combate no campo amplo da esquerda brasileira e latino-americana.

**Questão: Ou seja, a ditadura militar, baseada na doutrina de segurança nacional, impôs essa lógica perversa de apagamento das ideias e dos sujeitos políticos vinculados à TMD?**

**Roberta Traspadini:** Sem dúvidas. É preciso mencionar o contexto do exílio. O ambiente militar, político e cultural da ditadura militar (1964-1984) foi o de total perseguição contra determinados sujeitos que a ordem estadunidense operando internamente, entendia como perigosa e inimiga. Lembrando que a Revolução Mexicana (1910-1924), a Revolução Cubana (1959) e a Resistência-vitória Vietnamita (1955-1975) estavam presentes no imaginário e cotidiano de luta latino-americano. De forma que o aniquilamento destas ideias e sujeitos deve-

---

Brasília, 1993. Ver também: BAMBIRRA, Vânia. *Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis, Editora Insular, 2013.

<sup>11</sup> Theotônio dos Santos Junior (1936-2018). Economista brasileiro, um dos principais formuladores da TMD e da teoria do sistema mundial. Nascido em Carangola, Minas Gerais, foi professor das Universidades de Brasília, Universidade Nacional Autónoma do México, Universidade do Norte de Illinois, Universidade do Estado de Nova York, Universidade de Ritsumeikan (Kioto), Universidade de Paris-8, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, dentre outras. Ingressou como investigador na Universidade do Chile, na qual dirigiu o Centro de Estudos Socioeconômicos – Ceso. Assim como Marini e Bamberra, Theotônio dos Santos foi um dos militantes da Organização Política Operária (Polop). Ver: DOS SANTOS, Theotônio. *The Structure of Dependence*. *The American Economic Review*, vol. 60, nº 2 (May, 1970), p. 231-236. Ver: DOS SANTOS, Theotônio. *La teoría de la dependencia – balance y perspectivas*. México, Plaza y Janéz, 2002. DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. Ver também: DOS SANTOS, Theotônio; SADER, Emir. *América Latina e os Desafios da Globalização – Ensaio em homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; São Paulo: Editora Boitempo, 2009. Para maiores informações sobre o autor e sua obra consultar o seu site na internet: [https://theotoniiodossantos.blogspot.com/p/sobre-o-autor\\_3835.html](https://theotoniiodossantos.blogspot.com/p/sobre-o-autor_3835.html).

ria ocorrer ferozmente (torturas, perseguições, ameaças de toda natureza, apresentavam-se como métodos pertinentes à manutenção da dita ordem). Esta situação banuiu Marini e seus pares da nascente carreira acadêmica iniciada na Universidade de Brasília (UNB).

Vale frisar: a intencional e violenta ordem militar tinha como premissa o apagamento tanto das ideias como dos sujeitos registrados nos autos policiais e milicianos como “perigosos” do continente. E o espectro de inimigos era enorme, o que caracterizava um grupo amplo de padres vinculados à teologia da libertação, sindicalistas, professores, estudantes e jovens militantes sociais do campo e da cidade como *personas non gratas*.

Por outro lado, tomando em conta esse amplo campo de intelectuais que se dedicavam ao estudo da formação social brasileira, já havia, nos anos 1960 e 1970, uma leitura hegemônica com pretensos ares de universalidade teórica, protagonizada pela intelectualidade paulista, sobre os sentidos da formação econômica, social e política do Brasil (nas fases colonial, independência e república).

Nesse grupo se formava um espectro amplo de entendimento tanto das raízes do Brasil como de seus principais entraves, externos e internos, acerca do desenvolvimento. Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré<sup>12</sup>, Oliveira Vianna<sup>13</sup>, entre outros apareciam na cena do pensamento social como as grandes referências ao lado de Sérgio Buarque de Holanda<sup>14</sup> e Darcy Ribeiro<sup>15</sup>. Também se apresentava com força irradiadora a partir da USP, os estudos do brilhante intelectual Florestan Fernandes<sup>16</sup> cuja história de vida nos inspira, na companhia de

<sup>12</sup> Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Militar e Historiador brasileiro, participou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Foi membro do Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro no primeiro governo de Leonel Brizola. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944; *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1976; *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>13</sup> Francisco José de Oliveira Viana (1883 -1951). Jurista, [historiador](#) e [sociólogo brasileiro](#). Realizou um dos primeiros estudos sociológicos sobre a formação do povo brasileiro. Foi um dos ideólogos da eugenia racial no Brasil, defendendo posições antissemitas. OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938; *Formation ethnique du Brésil colonial*. In: Revue d'histoire des colonies, tome 20, n°89, Septembre-octobre 1932, pp. 433-450; *Populações Meridionais no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

<sup>14</sup> Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) foi escritor, jornalista e sociólogo brasileiro. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque et. al. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I (Vols. 1 e 2); Tomo II (Vols. 1 a 7). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003; *Raízes do Brasil*. Edição Crítica – 80 anos [1936-2016]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

<sup>15</sup> Darcy Ribeiro (1922-1997). Antropólogo, Autor e político brasileiro. Ver: RIBEIRO, Darcy. *O Dilema da América Latina: Estruturas de Poder e Forças Insurgentes*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1988; *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>16</sup> Florestan Fernandes (1920-1995). Sociólogo e Político brasileiro. Foi Deputado Federal (1987-1994). Ver: FERNANDES, Florestan. *A Ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982; *O Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Cortez Editora, 1989; *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (Volumes I e II). São Paulo: Globo, 2008; *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2012;

Octavio Ianni<sup>17</sup>, e os grupos de intelectuais mais jovens formados por eles, como Fernando Henrique Cardoso<sup>18</sup> e José de Sousa Martins<sup>19</sup>. Parte destes intelectuais da USP produziam, ao lado de Florestan Fernandes, à luz das pautas de pesquisas defendidas por seus sucessores franceses, estudos relativos à questão do negro e do índio no Brasil a partir de um recorte abertamente weberiano até os anos 1980. E daí derivará muita confusão política e ideológica, uma vez que, ao estudarem estes temas em um momento histórico muito particular – tirânica ditadura militar –, o estado tirano da ordem vigente os colocava como intelectuais críticos à ordem como se desta crítica derivasse o pensamento marxista-leninista. Ou seja, criticar a ordem militar apresentar-se-ia como sinônimo de esquerda, quando em realidade era uma posição política assentada na própria democracia formal, muito distante de uma luta contra o sistema capitalista, imperialista que o militarismo representava em sua tensão coercitiva.

Isto significou uma produção imagética e simbólica sobre quem são os inimigos da ideia de progresso militar. Assim, o contexto histórico dos perversos porque torturadores e genocidas anos de ditadura militar, apresentou muita gente crítica atuando em diversas células políticas, como intelectuais de “esquerda”, ou porque eram contrários ao autoritarismo (anti-democrático por essência), ou por tratarem de temas tabus silenciados ao longo da história (poder da bala, poder do latifúndio, poder do racismo nas raízes escravagistas e coloniais recentes do país). Afinal, imagine, na história do Brasil explicitar o sentido perverso da violência estrutural sobre negros e índios, em uma sociedade que pretensamente havia produzido, com maestria, seus símbolos pátrios de identidade nacional.

---

*Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014. Ver também: CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes – vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

<sup>17</sup> Octavio Ianni (1926-2004). Sociólogo marxista e Professor da USP. Ianni foi um dos grandes estudiosos sobre a questão racial no Brasil. Integrou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Ver: IANNI, Octavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; *Escravidão e Racismo.* São Paulo: Editora Hucitec, 1978; *Dialética e Capitalismo.* Rio de Janeiro: Vozes, 1988; *O Negro e o Socialismo.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

<sup>18</sup> Fernando Henrique Cardoso (1931-). Sociólogo e Político Brasileiro. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. Ver também: CARDOSO, Fernando Henrique y SERRA, José. “*Las desventajas de la dialéctica de la dependencia*”. Revista Mexicana de Sociología, Número Extraordinario E/78, Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, México, 1978, pp. 9-55. Neste artigo, CARDOSO e SERRA (1978) buscaram criticar a teoria marxista da dependência e as teses de Ruy Mauro Marini. Importante destacar que neste mesmo número da Revista encontra-se a resposta. Ver: MARINI, Ruy Mauro. “*Las razones del neodesarrollismo*” (respuesta a F. H. Cardoso e J. Serra). Revista Mexicana de Sociología, Número Extraordinario E/78, Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, México, 1978, pp. 57-106.

<sup>19</sup> José de Sousa Martins (1938-). Sociólogo Brasileiro. Ver: MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1991; *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta.* São Paulo: Hucitec, 1994; *A questão agrária brasileira e o papel do MST.* In: A Reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Editora Vozes, 2000; *O Cativo da Terra.* 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

A história do papel do intelectual brasileiro no período militar, no caso desses intelectuais críticos à ordem despótica, conformou-se como tragédia para o capital e potencialidades para a classe trabalhadora, pois foi essa postura de perseguição e conformação de um imaginário sobre formadores ideológicos perigosos – inimigos da pátria a serem combatidos - que potencializou um giro epistêmico, político e intelectual de fato à esquerda a exemplo de Florestan Fernandes e Octávio Ianni. Ou seja, os intelectuais tomaram partido na política de conformar um escopo teórico que explicasse porque chegamos à realidade que chegamos e como deveríamos fazer para superar dita condição desigual e autoritária.

No entanto, Fernando Henrique Cardoso, ainda que se colocasse contrário à ditadura e ao autoritarismo, não deu um giro rumo ao pensamento crítico de esquerda. Ao menos nada em suas obras dos anos 1960 aos anos 1980 nos autorizaria fazer uma afirmação diferente desta. Era um autor que defendia a melhoria do desenvolvimento capitalista se desse modo de produção se tratava. E para isto, dava sua interpretação sobre os entraves ao desenvolvimento brasileiro a partir da centralidade acerca das características próprias e conservadoras da burguesia industrial. O que exige dizer que ser contrário à ditadura militar não é incompatível, no caso do intelectual Fernando Henrique com o desenvolvimento capitalista e suas intemperadas defesas da democracia formal, mas nada real tamanha a desigualdade que na história tendeu à intensificação junto com a ordem do capital.

O que desejo reforçar com isto é que o contexto histórico violento da ditadura, somado às teses hegemônicas de explicação da formação econômica do Brasil irradiadas a partir de São Paulo e às teses desenvolvimentistas-reformistas irradiadas pelo Partido Comunista, conformaram um cenário propício para a invisibilidade e o desconhecimento concreto de grandes personagens em cena na nascente formação intelectual brasileira centrada no debate do desenvolvimento na década de 1960. Para uns, sinônimo de desigual e combinado (vertente marxista) para outros (subdesenvolvimento com possibilidades de correções rumo ao desenvolvimento – cepalinos e estruturalistas).

Se do lado dos representantes da ordem a gama de compreensão de quem é o “inimigo” era ampla no que tange à perseguição política e intelectual no país, do lado da intelectualidade crítica à ordem tirânica, houve, também, um triste e perverso silenciamento sobre determinados sujeitos e suas teses tanto por parte dos intelectuais de partido como dos intelectuais acadêmicos. Isto precisa ficar entendido na história do pensamento social brasileiro, pois é um dos elementos que conforma o gigante desconhecimento das teses de Marini nos anos 1970 e períodos posteriores negando às gerações dos anos 1990 e 2000 acesso direto a estas teses.



**Questão:** Você se referiu ao desconhecimento das teses de Ruy Mauro Marini no Brasil. Tanto nos anos 1960-1980, em virtude da ditadura militar, quanto entre as gerações dos anos 1990 e 2000. O que possibilitou a recuperação, debate e divulgação da obra de Marini nos últimos anos?

**Roberta Traspadini:** É justamente o segundo elemento de contextualização da TMD que devo abordar aqui. Diz respeito ao cenário neoliberal dos anos 1990-2000: quando novos-velhos personagens entram em cena. Sem dúvida nenhuma, o que caracteriza o bom combate no período neoliberal de desenvolvimento capitalista brasileiro é o protagonismo dos movimentos sociais do campo e da cidade. Os anos 1990, em que Fernando Henrique Cardoso foi um dos principais expoentes da política brasileira, foram de estimulantes e apaixonantes processos de esperanças reabertos na luta social.

Então, se o período de ditadura confundia a imagem de quem lutava e escrevia ao lado do povo, dada sua forma-conteúdo de perseguição a um amplo espectro quem era o “inimigo”, passados esses anos expressamente duros, o período neoliberal, após a abertura democrática (1985) explicitou quem de fato atuava a partir de que lugar e ponto de vista concreto na história. Deixadas formalmente para trás as amarras tirânicas da coerção formal, à luz de um consenso difícil de desatar sobre a primazia do capitalismo em relação ao socialismo, as questões políticas melhoraram e, tanto nos textos, como nos discursos e práticas, era possível perceber, de fato, quem estava de que lado no debate do desenvolvimento: se críticos à ordem burguesa ou se esperançosos por um ajuste que possibilitasse diminuir a condição de subdesenvolvimento e de desigualdade inerentes ao processo latino-americano.

Se, a luta pela democratização colocava lado a lado um líder sindical e um intelectual de direita, como foi o caso emblemático da relação entre Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso (foto histórica), apresentaria também as reais diferenças na tomada de partido sobre o desenvolvimento, como foi o caso de Marini e seu enfrentamento teórico com Fernando Henrique Cardoso e o giro epistêmico para uma teoria combativa de Florestan Fernandes após a década de 1980. Assim também o foi com Milton Santos<sup>20</sup>, Fernando Novais

<sup>20</sup> Milton Santos (1926-2001). Geógrafo e Professor Brasileiro. Ver: SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978; *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979; *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982; *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985; *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988; *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994; *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996; *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000; *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.



<sup>21</sup>, além da própria revisão crítica nos 1990 de Celso Furtado.<sup>22</sup> Estes intelectuais, a partir de suas memórias retratadas em seus textos mais maduros, nos dão boas pistas dos equívocos da aposta no desenvolvimento dentro da ordem que fizeram nos anos anteriores.<sup>23</sup>

A realidade colocou no devido lugar as teses defendidas após a ditadura. Nos anos 1990 o Brasil vivenciará a implacável e tirânica forma desigual do capital sob o comando de mais de 10 anos de Fernando Henrique Cardoso na condução política do país, seja como ministro ou em seus mandatos como presidente. E vivenciará a beleza da tomada de partido dos e das condenadas da terra, que faziam efervescer as contradições da conformação de cidades desiguais nas capitais do Brasil, à luz da migração forçada pela lógica expansionista e superexploração do grande capital que intensificava no campo e na cidade (a era dos monopólios). A mecanização do campo, desde os anos 1960, enquanto edificava, não sem contradições pulsantes, o desenvolvimento urbano industrial, potencializava um retrato real de um país – o Brasil - que forjado no capitalismo dependente do século XIX, acentuou as mazelas constitutivas de suas raízes escravagistas e coloniais.

A luta pela terra, as ocupações disseminadas em diversas partes do Brasil nos anos 1990, cumpriram o papel de reavivar a chama da esperança de outro mundo necessário e possível no Brasil. Vale destacar a incrível condição formativa inclusive no apogeu das televisões no interior dos lares brasileiros, das marchas pelo Brasil afora nas décadas de 1990 e 2000. As marchas em seu caráter educativo eram capazes de desafiar a força ideológica de criminalização manifesta pela grande mídia, uma vez que permitia os sujeitos das cidades, em relação com os sujeitos do campo que marchavam, estabelecerem encontros solidários sobre os sentidos do Brasil.

<sup>21</sup> Fernando A. Novais (1938-). Historiador e Professor Brasileiro. Ver: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989. Ver: NOVAIS, Fernando A.; DE SOUZA, Laura Mello e. *História da Vida Privada no Brasil (Volumes I e II)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Ver também: NOVAIS, Fernando A.; DA SILVA, Rogério Forastieri. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

<sup>22</sup> Celso Furtado (1920-2004). Um dos mais destacados economistas brasileiros. Doutor pela Universidade de Paris (Sorbonne). Foi professor desta universidade, da Universidade de Yale e da Universidade de Cambridge. Furtado foi um dos principais impulsionadores da CEPAL e é um dos autores que mais contribuiu para a elaboração da *teoria estruturalista latino-americana*, o primeiro corpo teórico, na área das ciências econômicas, elaborado fora das ‘metrópoles’ dominantes. A sua larga produção teórica buscou enfrentar os problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina. Quatro meses antes do seu falecimento assinou manifesto em apoio à Hugo Chávez na Venezuela. Ver: <https://www.counerpunch.org/2004/07/27/we-would-vote-for-hugo-chavez>. Acesso em 27/04/2020. Ver: FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968; *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987; *O Brasil Pós – “Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; *A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

<sup>23</sup> Sugerimos dois importantes documentários. Ver: O LONGO AMANHECER. Direção de José Mariani. Rio de Janeiro: Andaluz Produções, 2004. (73 min.). Ver também: POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Rio Filmes, 2006. (57 min.).

Desenvolvida a luta pela terra pelo MST e posteriormente as organizações coletivas derivadas de seus processos políticos no campo e na cidade, a população brasileira ia acompanhando - não sem tentativa de criminalização por parte do capital e seus aparelhos ideológicos reprodutores de mentiras como verdades - o movimento da luta social digna e necessária. Assim, as ocupações do campo, somavam-se às ocupações das cidades e ambas encarnavam o resultado desigual das múltiplas cercas que compunham o latifúndio no Brasil. A cerca da propriedade privada sobre o conhecimento, sobre a terra, sobre as vidas.

Nesse salto substantivo de um campesinato que lutava nas ocupações, para um campesinato que ao mesmo tempo em que aprendia na luta, refazia os rumos políticos para entender o funcionamento social sob o manto do capital e para além dele, o estudo dos intelectuais brasileiros apresentou-se como fundamental. E mais que isto, o MST apareceu como um novo personagem em cena em um ambiente político que parte da intelectualidade orgânica brasileira de diferentes âmbitos já não acreditava mais na possibilidade de disputa do instrumento político PT, cujo giro tendia cada vez mais para o desenvolvimento dentro da ordem. O MST abrigou assim muitas esperanças e formou muitos quadros. Funcionou, de fato, como o guardião das esperanças de que outro mundo necessário e possível poderia se gestar nas ocupações pelo direito à vida. A juventude dos anos 1990 vivenciou na prática essa experiência potente da força de um movimento social camponês nas cidades brasileiras. Sou um exemplo concreto disto. De 2001 até o momento atual, minha caminhada política e formação como ser social esteve diretamente vinculada ao que aprendi nos processos de formação política do MST e posteriormente da Via Campesina. Assim como eu, foram muitos e muitas os que, ávidos por uma mudança real da ordem desigual, se inseriram na organicidade dos movimentos sociais para dar sentido ao que estudavam e o que esperançosos desejavam realizar. Como toda relação amorosa, ora com mais, ora com menos distanciamento frente a cada um dos contextos históricos vividos.

É nesse cenário de força política de luta que as teses de Marini aparecerão com centralidade na formação de quadros do MST. Isto passa muito também pela própria experiência de Stédile como aluno de Marini no exílio do México e da minha atuação acadêmica, como estudante formada por outro orientando brilhante de Marini, Reinaldo Carcanholo,<sup>24</sup> quem foi um dos grandes responsáveis por minha formação e, posterior, paixão pelo pensamento e praxis marxista latino-americana. Marini forjava assim gerações de intelectuais-militantes que se-

<sup>24</sup> Reinaldo Antônio Carcanholo (1945-2013). Economista marxista brasileiro. Foi professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF/SP. Ver: CARCANHOLO, Reinaldo A. (org.). *Capital: essência e aparência (Volumes I e II)*. 1ª Ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2011. CARCANHOLO, Reinaldo A. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho*. Vitória: Edufes, 2013.

guiam nas trincheiras de conformação de novos quadros políticos, academicamente preparado. Marini foi assim um mentor de outros mentores.

Então, um aspecto importante diz respeito ao público ao qual nosso livro Ruy Mauro Marini vida e obra, de 2005, foi dirigido: aos e às militantes sociais do campo e da cidade. Foram muitas escolas de formação pela América Latina e Caribe, nos acampamentos, assentamentos e nas estruturas formais de formação dos movimentos que integram a Via Campesina<sup>25</sup> e a CLOC<sup>26</sup> no continente. Ouso dizer que de 2000 a 2020, Marini foi mais lido pelos e pelas militantes que integravam as trincheiras da Via Campesina do que pela intelectualidade presentes nas universidades brasileiras. O que nos remete a boas reflexões sobre a formação política e a fragilidade curricular do pensamento social e humano brasileiro. Foi então com o MST e a Via Campesina que ousamos tirar do ostracismo as teses de Marini e de Vânia Bamberra como um de seus grandes pares na vida. Isto, somado posteriormente ao belo trabalho de uma jovem geração que ajudava a disseminar as ideias da Teoria Marxista da Dependência (TMD), contribuiu para ampliar o debate também nas universidades e nos partidos de esquerda no Brasil, além, é claro, dos movimentos de bases efetuados pelas Assembleias Populares, a formação de quadros da Consulta Popular, os Cursos de Realidade Brasileira (CRB), os Estágios Interdisciplinares de Vivências (EIVs), entre outros excelentes processos formativos em rede entre militantes do campo e da cidade.

Marini estava ativo e presente com suas ideias e exemplos pedagógicos na constituição da ENFF em 2005, e nos diversos cursos de formação latino-americana executados desde então neste espaço e nos demais com os quais a ENFF diretamente trabalha. É uma história emocionante. A ponto de, ao escrevermos, recordarmos, em imagens, uma expressiva beleza contida nesse movimento de trazer à cena grandes referências. Nosso livro, portanto, nasceu deste lugar, mas se projeta para além dele. Cabe destacar também como conseguimos, a partir desse processo de retomada das teses da TMD inserir de forma orgânica e presencial a gigante

<sup>25</sup> “A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres e jovens rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Construído sobre um forte senso de unidade, solidariedade entre esses grupos, defende a agricultura camponesa pela soberania alimentar como uma maneira de promover a justiça social e a dignidade e se opõe fortemente à agricultura impulsionada pelas empresas que destrói as relações sociais e a natureza”. Mais informações: <https://viacampesina.org/en/>

<sup>26</sup> “La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Vía Campesina), es una instancia de articulación continental con 16 años de compromiso constante con la lucha social que representa a movimientos campesinos, de trabajadores y trabajadoras, indígenas y Afrodescendientes de toda América Latina. Al presente, contamos con 84 organizaciones en 18 países de América Latina y el Caribe que constituye una fuerza social movilizadora presente en todos los espacios que ofrezca propuestas alternativas a nivel de nuestro continente. La CLOC es la aliada directa de la Vía Campesina Internacional en nuestro continente para a través de nuestros temas de trabajo, de nuestros ejes, acciones y espacios de articulación y movilización luchar contra el sistema patriarcal y capitalista que destruye a la vida de campesinos y campesinas”. Mais informações: <http://www.cloc-viacampesina.net/>

mulher e intelectual Vânia Bambirra em nossos processos formativos e recuperar, em voz e ação, essa intensa e importante participação nos eventos do MST e da Via Campesina. Destaque para a participação de Bambirra no “Vozes Latinas” ocorridos tanto no Rio de Janeiro como em Fortaleza em 2007, momento de uma riqueza única sobre a continuidade e força das teses da TMD.

**Questão:** Neste aspecto de “continuidade e força da TMD”, poderia destacar as principais contribuições recentes?

**Roberta Traspadini:** Aqui eu preciso referir-me ao terceiro e último elemento de contextualização sobre o tema que diz respeito às novas gerações da TMD. Neste sentido, ainda que nosso livro não tenha sido o primeiro a publicar em português algumas obras de Marini, dada a importância da publicação feita por Emir Sader<sup>27</sup> pela Editora Vozes em 2000, entendemos a necessidade de revisão da tradução e do trabalho coletivo que isto implicava. Nosso livro contou com a participação orgânica de Carlos Eduardo Martins<sup>28</sup> e de Marcelo Carcanholo<sup>29</sup>, em parte da tradução das obras essenciais.

Mas esta obra ganhou um movimento lindo também para dentro das universidades com a inserção desses novos quadros a partir do final dos anos 1990 e 2000. Entre algumas importantes referências destaco o processo de formação e cuidado no estudo imanente das

<sup>27</sup> Emir Simão Sader (1943-). Sociólogo e Cientista Político Brasileiro. Ver: SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader*. - Petrópolis: RJ: Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000. Ver também: SADER, Emir. *A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaio em Homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC Rio; Boitempo, 2009; *Estado e Política em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>28</sup> Carlos Eduardo Martins é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto e chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ver: MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011; *O Pensamento de Ruy Mauro Marini e sua Atualidade para as Ciências Sociais*. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013. Ver: MARTINS, Carlos Eduardo et. al. (org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaio em Homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC Rio; Boitempo, 2009. Ver também: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). *América Latina, dependência e globalización. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.*

<sup>29</sup> Marcelo Dias Carcanholo é Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF). Ver: CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico*. In: MARTINS, Carlos Eduardo et. al. (org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaio em Homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC Rio; Boitempo, 2009. Ver: CARCANHOLO, Marcelo Dias. *(Im) precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho*. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013. Ver também: CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Maria Silva. *Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente*. In: FERREIRA, Carla. et. al. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

obras além da divulgação teórica de Marcelo Dias Carcanholo, Marisa Amaral <sup>30</sup>, Mathias Luce <sup>31</sup>, Carla Ferreira <sup>32</sup>, Beatriz Paiva, dentre outros. Cabe destacar o excelente trabalho de Francisco Piñeda <sup>33</sup> de divulgação dos trabalhos de Ruy ainda pouco acessados no Brasil mesmo após todo este processo, com a disponibilização da plataforma dos escritos de Marini pela UNAM.

Além disso, há toda uma nova gama de intelectuais de diferentes áreas, que foram forjando ao longo dos últimos anos linhas de pesquisa e cursos de formação que contribuíram, não sem muita dificuldade, para voltar a colocar no bom combate as teses da TMD. Essa nova geração de intelectuais da TMD ancorada nesses divulgadores acima relatados, conta como fontes originárias intelectuais de primeira ordem que foram orientandos e/ou amigos de Marini e cumprem um papel central ainda hoje na sua divulgação: Ana Esther Ceceña <sup>34</sup>, Jaime Osório <sup>35</sup>, Adrián Sotelo <sup>36</sup>, Margara Millán <sup>37</sup>, Nildo Ouriques <sup>38</sup> e Nilson Araújo <sup>39</sup>, são al-

<sup>30</sup> Marisa Silva Amaral é Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo (IPE- FEA/USP), com período sanduíche (2010-2011) na School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London. Ver: AMARAL, Marisa Silva. *Teoria do Imperialismo e da Dependência: A Atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. (Tese de Doutorado). USP, 2012.

<sup>31</sup> Mathias Seibel Luce é Doutor em Historia pela UFRGS. Pós-Doutor em Economia pela UFF. Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ (Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado). Ver: LUCE, Mathias Seibel et. al. (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuição da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. Ver: LUCE, Mathias Seibel. *A Superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da historia recente*. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013. Ver também: LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão historica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

<sup>32</sup> Carla Cecilia Campos Ferreira. Doutora em Historia da UFRGS. Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ESS/UFRJ. Ver: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti. *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexão e alternativas*. Rio Grande do Sul: UNIVATES, 2005. Ver também: FERREIRA, Carla et. al. (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuição da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>33</sup> Francisco Pineda Gómez (1955-2019). Antropólogo e professor do Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) do México. Foi um dos mais importantes investigadores da historia dos Zapatistas, publicando diversas obras sobre esse tema. Ademais, organizou e compilou as obras de Ruy Mauro Marini. Ver: Gómez, Francisco Pineda. *La Guerra Zapatista*. Ciudad de México. Ediciones Era, 2019. Ver também: Gómez, Francisco Pineda. *1916. Racismo y contrarrevolucin en México*. Revista En el volcn Insurgente, Cuernavaca, n. 46, noviembre-diciembre, 2016.

<sup>34</sup> Ana Esther Cecena Martorella (1950-). Economista mexicana especialista em geopoltica. Doutora em Relaes Econmicas Internacionais pela Universidade Paris I – Sorbonne. Diretora do Observatorio Latinoamericano de Geopoltica. Professora da Pós-Graduação em Estudos Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Ver: CECENA, Ana Esther (org.). *Hegemonias e Emancipaes no Século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. Ver: CECENA, Ana Esther. *La dominación de espectro completo sobre America*. Revista Novos Rumos. [v. 53 n. 2 \(2016\)](#); *Los paradigmas de la militarizacin en América Latina*. Revista Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Não 19, 2007, pp. 57-65.

<sup>35</sup> Jaime Osorio é considerado o mais importante discípulo de Ruy Mauro Marini. De acordo com Ferreira e Luce (2012), “o contato de Osorio com Marini remonta  época em que o primeiro era jovem dirigente estudantil da Faculdade de Sociologia da Universidad de Chile e o segundo, um dos marxistas brasileiros recém-chegados ao país, que passara a lecionar na Universidad de Concepción: ‘nosso Centro de Estudantes encontrava-se em processo de reformulação do currículo de sociologia e contactamos Ruy para que nos ajudasse naquela tarefa. Não o conhecíamos pessoalmente, mas tínhamos referências suas através de companheiros de Concepción’”. (p. 13). A tese de doutorado de Jaime Osorio foi defendida no ano de 1985, tendo sido publicada com o seguinte título: “*Raices de la democracia en Chile, 1850-1970: reinterpretacin del desarrollo econmico y político*” (Cidade



gumas destas grandes referências ainda presentes na divulgação de vida e obra de Marini. Incluindo neste grupo o saudoso e querido mestre Reinaldo Carcanholo cuja tese de doutorado foi orientada por Ruy: “La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica” (1982).

Mais do que meros reprodutores de suas ideias no hoje, essas gerações encontradas demonstram, no exemplo de seus combates, a necessidade viva de leitura, à luz do nosso tempo, das teses marxistas e sua vigência ainda hoje. As paixões das defesas se ancoram na razão político-teórica concreta da efetividade das teses da TMD. No entanto, o que a pedagogia do exemplo da vida e obra de Marini nos permite é, com base no rigor de suas teses, e no frescor de sua vigência, revisar continuamente ditos postulados a partir vida como ocorre concretamente no nosso tempo.

---

do México, Era, 1990). Ver: OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização – a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2014; *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2004; *Estado, reproducción del capital y lucha de clases – la unidad económico/política del capital*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.; FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. Ver também: OSORIO, Jaime. *Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas*. Revista Crítica Marxista, nº 44, 09-02-2017, pp.73-85; *Sobre o Estado, O Poder Político e o Estado Dependente*. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017; El marxismo latinoamericano y la dependencia. Cuadernos Políticos, nº 38, ediciones Era, México, D.F., enero-marzo, 1984, pp.40-59.; *El Estado de contrainseguridad con coro electoral*. Argumentos. UAM-Xochimilco, México. AÑO 31 • NÚM. 86 • ENERO-ABRIL 2018 • PP. 59-82; *Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 46, maio de 2017 – agosto de 2017, pp. 78-102; *Renovar la teoría de la dependencia sin teoría del capitalismo dependiente: notas críticas a la propuesta de Claudio Katz*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 53, maio de 2019 – agosto de 2019, pp. 55-72; “*Cuestiones epistémicas en el análisis de la dependencia y del capitalismo dependiente*”. REBELA, v.9, n.1. jan./abr. 2019; “*Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente*”. CEC Año 4, Nº 8 (2018) pp. 153-181; *Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. Una propuesta de desarme teórico para avanzar*. Repositório da UFSC. 14-09-2017, pp. 1-10.

<sup>36</sup> Adrián Sotelo Valencia. Nascido no México. Doutor em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Professor titular da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da mesma instituição. Ver: VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoría da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Editora Práxis, 2008; *The Future of Work Super-exploitation and Social Precariousness in the 21st Century*. Boston: Brill, 2015; *Sub-Imperialism Revisited Dependency Theory in the Thought of Ruy Mauro Marini*. Boston: Brill, 2017.

<sup>37</sup> Margara Millan é Socióloga e Antropóloga Social do Centro de Estudos Latinoamericanos da UNAM. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latinoamericanos da UNAM. Ver: MILLAN, Margara (Coord.). *Más allá del feminismo: caminos para andar*. México, D. F.: Red de Feminismos Descoloniales, 2014.

<sup>38</sup> Nildo Domingos Ouriques é Doutor em Economia pela UNAM. Pós-Doutor pela UBA. Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA). Ver: OURIQUES, Nildo Domingos. *Economia Clássica*. Florianópolis : Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2008; *Economia Marxista*. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2009; *O Colapso do figurino francês: Crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2013.

<sup>39</sup> Nilson Araujo de Sousa. Doutor em Economia pela UNAM. Pós-Doutor em Economia pela FEA USP. Ver: DE SOUSA, Nilson Araujo. *Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula*. São Paulo: Atlas, 2008; *Economia Internacional Contemporânea: Da depressão de 1929 ao Colapso financeiro de 2008*. São Paulo: Atlas, 2009; *Teoria Marxista das Crises*. Rio de Janeiro; São Paulo: Global Editora, 1992.



No entanto, há que se entender que apresentar textos e autores desconhecidos toma tempo e dedicação. Situação que, em muitos sentidos, nos dificultou avançar no estudo, no nosso tempo, dos principais desdobramentos das teses da TMD. Portanto, a tarefa se complexifica à medida que o tempo passa: chegar a um maior número de pessoas em diversos âmbitos e avançar no estudo rigoroso e profundo dos temas do nosso tempo com base na TMD. Passados 15 anos da primeira publicação pela expressão popular de Ruy Mauro Marini vida e obra, de conformação da abertura de espaços para pulsar estas teses, é chegada a hora – vale destacar que isto já está ocorrendo há alguns anos - de avançar para o avanço da construção teórica com base neste referencial. É nesse sentido que um livro clássico mostra sua importância e centralidade. Seguiremos então nesse duplo movimento com vistas a que novos sujeitos recriem as trilhas produzidas por nossas importantes referências.

Então, em celebração a centralidade desta obra na luta de classes contemporânea brasileira e latino-americana, reforço a importância e atualidade da TMD: permitir que diversas gerações atuantes em diferentes âmbitos, à luz de um rigoroso processo de apreensão do método de análise de Marx (materialismo histórico dialético), tenham acesso a uma produção e práticas teóricas que os e as inspire a produzir algo no seu tempo – superação - tendo como referência sujeitos centrais da práxis marxista no continente. A formação de quadros só tem sentido se a teoria, de fato, está posta a mudar a realidade. Eis, então, um de seus objetivos reais. Para isto, a TMD precisa avançar desse processo superação do apagamento das obras executado desde o início dos anos 2000 para um movimento de ressignificação sobre o real vivido hoje a partir deste referencial, com base às preocupações do nosso tempo. O que nos coloca novos desafios enraizados em velhos dilemas estruturais como a violência de raça-etnia, de gênero e geracional na América Latina em geral, e no Brasil em particular. Para esta tarefa se direcionam os trabalhos da jovem e engajada intelectualidade latino-americana referenciada na TMD como Cristiane Sabino de Souza<sup>40</sup>, Mariano Féliz<sup>41</sup>, Rafael Seabra<sup>42</sup>, Ga-

<sup>40</sup> Cristiane Luiza Sabino de Souza. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Atualmente é membro de grupo de pesquisa do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA/UFSC) e professora de carreira do magistério superior da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora sobre América Latina, dependência, superexploração, questão agrária e questão racial. Ver: SOUZA, C. L. S. *Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil*. Universidade Federal de Santa Catarina (Tese de Doutorado), 2019.

<sup>41</sup> Doutor em Economia e Doutor em Ciências Sociais. Centro de Investigações Geográficas / Instituto de Investigações em Humanidades e Ciências Sociais (CIG-IdIHCS) do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e da Universidade Nacional de La Plata, Argentina (UNLP). Integrante da Sociedade de Economia Crítica da Argentina e Uruguay (SEC). Participante do Grupo de Trabalho sobre Teoria Marxista da Dependência da SEC. Ativista da COMUNA (Coletivo em Movimento por una Universidad Nuestramericana), Frente Popular Darío Santillán – Corrente Nacional (FPDS-CN). Ver: FÉLIZ, Mariano. *Argentina 2011-2016: ¿De la crisis del neodesarrollo a su radicalización conservadora? Luchas sociales, proyectos de desarrollo y alternativas populares*. Lutas Sociais, São Paulo, vol.20 n.37, p.72-85, jul./dez. 2016.

briela Caramuru<sup>43</sup>, Pedro Evangelista<sup>44</sup>, entre outros promissores nomes do campo da elaboração intelectual do nosso tempo.

**Questão:** Na abertura da obra *Dialética da Dependência* (1973) Ruy Mauro Marini destacou que “é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado” (Marini, 2005, p. 138-139). Resgatando formulação presente nos *Grundrisse* (1857-1858) sobre o método da economia política de Marx, Marini chamou-nos atenção para um aspecto teórico-metodológico fundamental para a compreensão da dinâmica do capital na periferia do capitalismo. Na sua avaliação qual a importância da ortodoxia marxista para o debate teórico-político contemporâneo?

**Roberta Traspadini:** A assertiva da ortodoxia marxista está em fundamentar-se, com base no materialismo histórico dialético, nas categorias que nos permitem desnudar a estrutura de funcionamento do modo de produção capitalista. Partir do real vivido, como um concreto complexo na medida em que encarna a síntese de múltiplas determinações, evidencia a historicidade, processualidade e a totalidade-particularidade presentes no movimento político do método como tomada de posição frente ao positivismo, ao idealismo e ao materialismo vulgar.

---

Ver também: FÉLIZ, Mariano; ROSENBERG, Aaron L. (Eds.). *The Political Economy of Poverty and Social Transformations of the Global South*. Ibidem Press, Stuttgart, Germany, 2017.

<sup>42</sup> Raphael Lana Seabra é Doutor em Sociologia. Professor adjunto no Departamento de Estudos Latino Americanos (ELA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-ECsA) da Universidade de Brasília (UNB). Ver: SEABRA, Raphael Lana. *Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição*. Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019. Ver também: *A Primeira Revolução no Século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*. Universidade de Brasília (UNB), Tese de Doutorado, 2012.

<sup>43</sup> Gabriela Caramuru Teles. Doutoranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professora da Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Faculdade Integradas do Vale Iguaçu; Professora de Direito do Trabalho na Pós-Graduação da Faculdade Campo Real; Professora de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Prática Trabalhista na Faculdade de Pinhais. Tem experiência na área de Direito do Trabalho, Direito Previdenciário e Economia Política. Ver: TELES, Gabriela Caramuru. *A Tecnologia no Capitalismo Dependente: A Superexploração da Força de Trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini*. Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Dissertação de Mestrado, 2017.

<sup>44</sup> Pedro Henrique Evangelista Duarte. Doutor em Economia. Professor Adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG). Atualmente é pesquisador do International Center for Development and Decent Work (ICDD). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: desemprego estrutural, políticas neoliberais, mercado de trabalho, superexploração da força de trabalho e superpopulação relativa. Ver: DUARTE, P. H. E. *Superexploração da Força de Trabalho e Política Sindical no Brasil*. Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação de Mestrado), 2010; Ver: *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. Universidade de Campinas (Tese de Doutorado), 2015; *Economia Política do Trabalho no Capitalismo Dependente: Apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Nº 45/ outubro – 2016 – dezembro- 2016; *A reforma trabalhista e a superexploração da força de trabalho*. IX Colóquio Internacional Marx e Engels, 2018.

No nível de abstração teórica que Marx imprimiu para demonstrar a complexidade encarnada na aparência simples da mercadoria, seu percurso metodológico deu a tônica da reflexão sobre como o capital, a partir de uma lógica integrada com ares universais, atua tendo a desigualdade como fermento potente para, ao entender a realidade, transformá-la.

E, se o modo de produção materializado pelo capital está fundado por relações sociais de produção ancoradas em uma estrutura essencialmente desigual como a da propriedade privada dos meios de produção, entender o processo de desenvolvimento metabólico da mercadoria, torna-se o movimento correto para explicar como chegamos aonde chegamos e que formas pretéritas existiam que nos permitiram alcançar dito estágio desigual. Com base no método, o capital não nasce capital, se desdobra nessa forma. Então, partir da lógica da produção, da estrutura que movimenta um modo particular de produção com ares universais torna-se a meta política posicionada da atitude científica.

A mercadoria é resultado de um processo produtivo ancorado em relações sociais narradas como livres, mas aprisionadas na lógica do dinheiro. A mercadoria encarna na aparência um movimento que não é capaz de expor e explicar sua essência (a forma valor). Essa capacidade de esmiuçar, revelar o caráter fetichizado, oculto por relações de compra e venda que disfarçam intencionalmente a lógica desigual expõe, então, que nas relações sociais de produção capitalistas, ancoradas na lógica da produção social da riqueza apropriada de forma privada, a economia é impossível de ser pensada fora da política, e, dito movimento combinado expõe tanto os sujeitos hegemônicos da ação (capitalistas) como os da produção e reação (trabalhadores).

Então, na totalidade do movimento do capital, partir do simples para explicitar o complexo e ir, aos poucos explicitando as mediações que explicam o movimento contraditório e violento da estrutura de funcionamento do capital (M-V-D-C), torna-se a meta narrativa, política, teórica e científica da ortodoxia marxista. Dita concepção entende que o trabalho assalariado livre, portanto alienado, é a mola propulsora da produção de riqueza capitalista sob a égide da propriedade privada dos meios de produção. Uma liberdade condicionada e reproduzida como se fosse natural e não social, à compra e venda. Todos os outros sentidos do termo liberdade ficam condicionados a essa forma-conteúdo da verdade burguesa: o *ser* passa a subordinar-se ao *ter*.

É nesse processo de explicar os tons que adquirem o mesmo movimento nas particularidades do funcionamento da lógica da coisa que a ortodoxia marxista apresenta a leitura do concreto vivido-refletido que variável ao se tratar de América Latina e Caribe, África, Ásia, Europa e/ou América do Norte. A particularidade joga luz explicativa ao desenvolvimento

teórico, ao não se entender o marxismo como dogma, transplantando-o como pacote fechado para a explicação histórica do movimento concreto nas diferentes realidades que compõem o todo. Em outras palavras, ou a particularidade potencializa a apreensão do fenômeno em sua totalidade, ou as categorias não têm vigência como tais. Então, a particularidade indissociada da totalidade, reveste esta dos tons reais da desigualdade manifesta no movimento geral: o processo metabólico do capital.

Marini e Bambirra, por exemplo, eram marxistas ortodoxos não dogmáticos. Com o rigor no método, nas categorias que o significam (capital, trabalho, exploração e superexploração, dependência), produziram uma imersão teórica, que é por si mesma política, no momento concreto em que o capital industrial, ao se hegemonizar, tende a transformar a realidade de sua ação como capital nos diversos territórios. De forma que, o capitalismo industrial como forma geral conforma, reposiciona, condiciona o capitalismo dependente como sua expressão particular. Isto, claro, após mais de três séculos conformando o que Marx denominou de princípio ativo da acumulação de capital, a acumulação originária retratada no contínuo processo de pilhagem e espoliação dos recursos naturais em condições miseráveis de trabalho humano.

Com as independências formais na América Latina, no século XIX, a relação entre a totalidade-particularidade demarca o momento em que deixamos de ser próprios com a multiplicidade de modos de produção que nos caracterizavam e passamos a ser, violenta e sangüinariamente, metabolismo engendrado no processo externo (colônias). Isto significa dizer que a nossa formação social e histórica colonial demarca um divisor de águas na história dos povos da, denominada pelos europeus, América Latina, mas vivida até o século XV por diferentes povos originários com outras denominações, como a que hoje entendemos à luz dos ensinamentos indígenas, por Pachamama.

A particularidade da formação social latino-americana colonial e sua posterior luta de independência na diversidade que compõe o continente, já não poderia mais ser compreendida fora da totalidade do movimento expansionista da nova fase do capital (transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista). Então esse movimento dialético entre o externo e o interno, entre o industrial e o agrário, entre a produção e a circulação ganham, no método de exposição ancorado na realidade latino-americana, exercícios distintos do fundamento explicativo de sua investigação. É na apreensão acertada deste movimento contraditório e complementar entre a produção global e o papel que América Latina exerce nesse movimento, ao mesmo tempo em que sobre ela se exercem forças internas-externas, que a contribuição da TMD se apresenta como irrefutável e necessária.

Portanto, a ortodoxia marxista não está fechada ao debate, nem tampouco defende que, entendendo a totalidade é possível narrar qualquer particularidade à luz daquela. Ao contrário, explicar o movimento de totalidade implica entender o chão onde se pisa e se pensa a partir da historicidade que o compreende como processo organizativo, criativo, ontológico do ser social.

Marini, em *Dialética da Dependência*, mostra logo no início os desvios cometidos ao não se tomar em conta dita processualidade histórica. Nas palavras do mestre: “rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação ao processo de investigação que daí se derive não tem já nada a ver com a ortodoxia, mas sim como dogmatismo”.

O ponto de partida de *Dialética da Dependência* é o capitalismo dependente resultado histórico e processo conectado com o capitalismo industrial em geral. Ao escrever na década de 1970 e se perguntar sobre essa fase da forma valor no mundo e na América Latina, Marini desenvolveu um estudo rigoroso com o objetivo de explicar o mecanismo substantivo de produção social da riqueza na América Latina a partir das independências formais. Isto não significa que para Marini os processos violentos anteriores não tenham força na constituição do que virou, mas sim que houve uma transição que demarcou a fase em que a acumulação de capital nas economias hegemônicas deflagraria mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais intensas na até então processualidade contínua da economia colonial. Ficou para as gerações atuais o exercício conector entre processos anteriores que pulsam desigualdade. E coube aos autores da TMD nos deixar o legado das bases categoriais, arraigadas no materialismo histórico dialético, que nos permitem transitar pelo passado sanguíneo entendendo a composição geral e desigual da qual fazemos parte e somos condicionados. Mas não sem conformar internamente nossas próprias revanches em meio à dinâmica própria das burguesias que atuam na América Latina ao longo do tempo.

**Questão: Na sua avaliação a crise estrutural do capital justifica “o fim do fim da teoria do valor de Marx”?**

**Roberta Traspadini:** Para o marxismo ortodoxo do qual faço parte, não tem nenhum sentido falar do fim da teoria valor trabalho de Marx, tampouco do fim da história ou do fim da centralidade do trabalho. Nesse sentido, a crise estrutural afirma de forma substantiva que as categorias fundantes que explicam a gênese e estrutura de o capital, para parafrasear o gigante

Rosdolsky<sup>45</sup>, estão mais vivas que nunca porque expressam a forma mais acabada da desigualdade estrutural.

Se, o que determina o modo de produção capitalista é a produção social de riqueza apropriada de forma privada tendo como premissas a concentração e centralização do capital, e, portanto a lógica de extração de sobretrabalho em níveis cada vez mais intensos de controle/apropriação do tempo de trabalho e de violação da lei do valor, então, o momento de crise estrutural do capital põe em evidência que a forma de contrarrestar sua própria lei tendencial de queda da taxa de lucro é expandir a intensificação da exploração pelo mundo. O que ocorre com a flexibilização da produção, com o capital aproveitando-se de seu poder econômico, político, social e cultural (dono da riqueza acumulada) para utilizar as diferentes características dos sujeitos em toda parte do mundo para reorganizar o trabalho ao sabor de seus destemperos acumuladores.

No capitalismo em geral, em sua fase financeira especulativa atual, e no capitalismo dependente em particular, território em que o agronegócio encontra o terreno político e estrutural (terras produtivas e mão de obras disponível para ser superexplorada), as expressões estruturais de sobretrabalho vão sofrer intensas acelerações tanto na intensidade em que o trabalho é exercido, como na ampliação da jornada de trabalho que o mesmo é submetido. Isto, somado à nova fase de concorrência e cooperação entre os gigantes capitais financeiros, faz com que América Latina siga sendo as Veias abertas do extrativismo produtor de mais valia extraordinária.

A história mercantil, como mito fundador e projeto, como verdade, de espetáculos falsos, na ode do capital, ao disseminar seu modo de produção como capaz de resolver o problema da fome, da pobreza, do desemprego, cai por terra em pleno século XXI. E no seu lugar se apresenta a geopolítica cotidiana das lutas pela sobrevivência contra uma multiplicidade de desigualdades estruturais. As cidades da cidade, manifestas em bairros ricos e bairros pobres, os países do país, manifestos nas discrepantes diferenças regionais e na desigualdade no interior de cada região, entre outras relações perversas acerca do mapa da desigualdade do Brasil contemporâneo, tornam-se visíveis a olhos nus. Isto, caso não estejamos contaminados e contaminadas pela cegueira, como sustenta de forma lúcida José Saramago.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Roman Osipovich Rosdolsky (1898-1967). Intelectual [marxista](#) ucraniano e político revolucionário. Ver: ROLSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

<sup>46</sup> José de Sousa Saramago (1922-2010). Escritor Português. Prêmio Prize de Literatura (1998). Ver também: SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; *Levantado do chão: romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.



Como argumentava o próprio Marx, as contradições inerentes ao capital, potencializam, efervescem e intensificam suas crises. As crises, portanto, são inerentes ao seu metabolismo, e não meramente conjunturais, como bem sustenta István Mészáros.<sup>47</sup> E, para o capital, a única forma de sair da crise para contrarrestar sua enfermidade congênita, é ser ainda mais duro e severo com os trabalhadores de todo o mundo. A contrapartida é a consciência política, formativa, como classe do contraponto necessário a essa história, como revanche. Pois, independente dos nossos desejos, a sociedade tal qual ela é, desigual e violenta na naturalização de processos sociais e historicamente gerados, comprova a assertiva de nossa leitura de mundo. Nesse sentido, a revanche apresentada pelos fatos concretos determina que a forma de destruir esse sistema não é esperando somente sua própria derrocada, mas sim, forçando-a, no real teor da luta de classes, organizando-nos para superá-la.

Então, o que temos é a manutenção em níveis ainda mais intensos das categorias analíticas do marxismo ancoradas em um método de análise sobre o real que, entendendo o tempo vivido, a história presente, como processos contraditórios e desiguais capazes de piorar o viver da classe trabalhadora, utiliza a teoria para a ação revolucionária.

E esse é outro elemento substantivo da teoria marxiana e marxista. A teoria como movimento político está dirigida a ação superadora tanto da alienação como movimento cultural, ideológico, político e, acima de tudo, econômico. O problema do nosso tempo, com o esvaziamento político das células de esquerda como sindicatos, partidos, e, no caso da teologia da libertação, diversas outras células formativas da classe trabalhadora que narram, via educação popular outros horizontes organizativos de e para a classe, a teoria parece estar descolada da realidade. Como se fosse possível discutir teoria do valor trabalho sem conectá-la com teoria da revolução. Ainda que estejam em níveis distintos de análise no plano teórico, metodológico, é a dimensão da política que dá sentido ao método e às categorias. Nesse sentido, as crises do capital reiteram a necessidade de revisão histórica da organização da classe trabalhadora tendo em conta as particularidades que assumem no movimento concreto em que a luta ocorre.

Outro ponto importante no que diz respeito à América Latina é o fortalecimento do pensamento decolonial e pós-colonial com suas respectivas observações críticas ao marxismo. Ainda quando esses processos epistêmicos, nos giros que propõem, contribuam em diversos pontos para darmos ênfase à particularidade e originalidade do próprio, não partem do mesmo

<sup>47</sup> István Mészáros (1930-2017). Filósofo marxista húngaro. Ver: MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução: Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo, 2006. Ver também: MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

referencial que partimos como marxistas e tendem, como também o faz o pensamento hegemônico que sustenta o capital, a anular nossas construções e abrir entre nós divergências segregadoras difíceis de serem superadas. Isto impacta intensamente na conformação das novas gerações das ciências sociais e humanas que, à luz do seu tempo e das disputas identitárias que ganham força, antes mesmo de estudarem não se veem identificadas com o marxismo “por ser europeu, externo, fora da realidade histórica da ancestralidade”. Nada mais reducionista e perverso que este movimento. Deveria ser premissa do campo crítico levar a sério, agregar e não segregar, o melhor que temos no campo do pensamento crítico, revolucionário.

É evidente que no campo político do pensamento crítico ocorreram muitos equívocos frutos de deformações históricas sobre o que entendíamos como sujeitos da revolução, organização política para a formação de quadros e ações revolucionárias. Mas, ou somos, como esquerda marxista, capazes de revisões críticas contínuas, ou não somos ortodoxos e sim dogmáticos. E, na ortodoxia, como dito anteriormente, com rigor no método e na análise, precisamos rever o que historicamente não contemplamos na nossa formação como campo, o que vale também para marcos teóricos. É evidente que, em pleno século XXI, lermos em Caio Prado Jr. e em Celso Furtado uma interpretação subordinada dos trabalhadores índios e negros, com termos incompatíveis com o enfrentamento de nosso tempo, exige força, consciência, mas acima de tudo, humildade para nos refazermos como sujeitos da classe. Nesse sentido, defendermos o marco categorial e analítico do método marxiano, tendo em conta a particularidade que nos fundamenta na totalidade do movimento do capital, exige explicarmos sem deixar de vincular com o todo, o quanto essas violências nos forjaram como seres atuantes, pensantes, coletivos.

Um exemplo concreto: é verdade que formada em Ciências Econômicas nunca tive acesso a Clóvis Moura, Jacob Gorender, C. L. R. James<sup>48</sup>, Erick Williams<sup>49</sup> e tantos outros autores e autoras que fundamentam a estrutura de nossa formação social latino-americana forjada no colonialismo, escravismo. Inclusive até pouco tempo nossos próprios cursos de realidade brasileira não passavam por esses autores. Menos ainda por Lélia González, Flora

<sup>48</sup> Cyril Lionel Robert James (1901-1989). Foi um historiador, jornalista e socialista de [Trinidad](#) e [Tobago](#). Uma das principais referências da tradição marxista e pan-africanista. Ver: JAMES, C. L. R. *Notes On Dialectics: Hegel, Marx, Lenin*. Westport, Connecticut: Lawrence Hill & Co., 1981; *Os Jacobinos Negros: Toussaint L' Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010; *A History of Pan-African Revolt*. Oakland: PM Press, 2012; *World Revolution: 1917-1936 - The Rise and Fall of the Communist International*. Durham and London: Duke University Press, 2017.

<sup>49</sup> Eric Eustace Williams (1911-1981). Historiador e economista marxista e pan-africanista. Foi Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago. Ver: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.

Tristán<sup>50</sup>, Clara Zetkin<sup>51</sup>, Alexandra Kolontai<sup>52</sup> ou Rosa Luxemburgo<sup>53</sup>. E, se minha formação como mulher negra, cujas raízes me conformaram à luz das violências particulares do capitalismo dependente forjadas em uma formação social das mais perversas na produção originária de valor que é o escravismo colonial brasileiro, então todo o debate da histórica econômica brasileira e latino-americana ganha outros significados. Há um despreparo real do nosso entendimento a fundo sobre nossas raízes. Nisto, os movimentos identitários, decoloniais e pós-coloniais contribuem para acertarmos as rotas no campo do diálogo aberto, fraterno e rigoroso como deve ser. Mas isto não é sinônimo de negação ou invisibilização de nossas contribuições históricas a partir de nosso posicionamento, na contribuição que temos a dar no campo reflexivo e da práxis. Encontrar a compatibilidade dialógica, mais do que a divergência no plano da reflexão-ação, torna-se uma difícil e desafiadora tarefa no século XXI.

**Questão: Nas circunstâncias de troca desigual para a América Latina ocorre de acordo com Marini (2005) um processo de perda da mais-valia, compensado, no entanto, no plano da produção interna, mediante a articulação de três procedimentos distintos. Em primeiro lugar, o capital busca a intensificação do trabalho, para ampliar a exploração da força de trabalho e incrementar as taxas de mais-valia. O segundo procedimento manifesta-se através da forma de mais-valia absoluta, que ocorre com o aumento do tempo de trabalho excedente. Sendo, por fim, o terceiro instrumento de compensação das perdas do capital, consistente na redução do consumo do trabalhador. A Sr<sup>a</sup> poderia nos auxiliar na melhor compreensão acerca desses três mecanismos formulados por Marini?**

**Roberta Traspadini:** De forma didática vale reforçar que o processo de explicação da forma-conteúdo como ocorre, ao longo do processo de desenvolvimento do capital, a exploração, envolve a compreensão do movimento contraditório, mas decisivo de partir da aparência em busca da essência da lógica da coisa. No plano aparente, a condicionalidade estrutural encarna

<sup>50</sup> Flora Tristan (1803-1844). Escritora e ativista feminista e socialista franco-peruana. Ver: TRISTAN, Flora. *União Operária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

<sup>51</sup> Clara Zetkin (1857-1933). *Teórica marxista alemã defensora dos direitos das mulheres*. Ver: ZETKIN, Clara. *Lenin on the Woman Question*. New York: International Publishers, 1934; *Recuerdos sobre Lenin*. México, D. F.: Editorial Grijalbo, 1968.

<sup>52</sup> Alexandra Mikhailovna Kollontai (1872-1952). Teórica marxista e revolucionária russa. Ver: KOLLONTAI, Alexandra. *El comunismo y la familia*. Barcelona: Editorial Marxista, 1937; *A Oposição Operária: 1920-1921*. Porto: Afrontamento, 1977; *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

<sup>53</sup> Rosa Luxemburgo (1870-1919). Ver: LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica* (Volumes I e II) / Rosa Luxemburgo; apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

a conformação ideológica intencional de não permitir que os e as trabalhadoras consigam de fato ver o que e o porquê vivem uma lógica daninha de exploração. Isto se demarca nas estruturas de alienação e fetichismo estruturadas para a produção de mentira como verdade, como sustentava Bertolt Brecht.<sup>54</sup>

Na fantasia organizada do capital, trabalhadores e trabalhadoras, intensamente violentados na sua condição ontológica, aprenderão, na coerção ou no consenso, o caráter reducionista da vida manifesta nas relações de troca. O dinheiro, expressão fetichista mais acabada da sociedade mercantil envolve a todos e todas em um funcionamento anormal com ares de normalidade ao longo do tempo. É a história da apropriação e controle sobre o tempo de trabalho socialmente necessário aliada à apropriação e controle sobre o pensamento.

Mas, no movimento de avançar do concreto vivido para o concreto refletido, Marx após estudar detidamente *A Riqueza das Nações* de Adam Smith<sup>55</sup>, texto referencial sobre como funciona o trabalho comandado como expoente real da produção de riqueza na sociedade capitalista, explicita, com as mediações e categorias que lhes são próprias o real funcionamento oculto nas relações de compra e venda.

Então, em Marx a teoria da mais-valia, ou teoria da exploração, ou teoria do sobretrabalho revela como, por dentro, o capital somente é capital, porque tende progressivamente a extrair mais trabalho, na conformação de controle e apropriação do tempo contínuo, a partir de vários desdobramentos de sua engrenagem articulada pela composição orgânica e técnica do capital. Ou seja, como ao longo do tempo, o processo produtivo vai dando saltos na incorporação tecnológica, deixando, cada vez mais, o trabalho manual de lado, e colocando como célula central o trabalho intelectual e explicitando os impactos cotidianos destas inovações técnico-científicas na extração de horas a seu favor (trabalho excedente).

Pois bem, na totalidade desse movimento geral do capital, a partir das diferentes formas e conteúdos de produção de vida nos territórios concretos que compõem o mundo, o estágio de desenvolvimento da técnica e as específicas relações sociais de produção darão a tônica do sentido que a exploração tomará em cada lugar de forma combinada com o movimento geral do capital.

<sup>54</sup> Bertolt Brecht (1898-1956). Teatrólogo, dramaturgo e poeta russo-alemão. Formulador do Teatro Dialético. Ver: BERTOLT, Brecht. *Cinco Dificuldades no Escrever a Verdade*, 1934. In: <https://www.marxists.org/portugues/brecht/1934/mes/verdade.htm> Acesso em 08/05/2020.

<sup>55</sup> Adam Smith (1723-1790). Filósofo e Economista Escocês, figura central do iluminismo escocês e da economia política. Ver: SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Ver: SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Ver também: SMITH, Adam. *Lectures on Jurisprudence*. London: Oxford University Press, 1978.

Mas, como elemento constitutivo de expansão de saqueio do tempo de trabalho, como excedente, frente ao tempo de trabalho como necessário à sobrevivência do e da trabalhadora, a mais valia nos revela mecanismos violentos que são projetados como “normalidade” para utilizar o termo empregado por Marx. Vejamos: a taxa de mais valia é um movimento relacional entre o tempo de trabalho excedente, que fica para o capitalista na forma de apropriação de parte do valor produzido pelo e pela trabalhadora, e o tempo de trabalho necessário é a parte paga aos trabalhadores pelo produzido em um determinado período. Então, a função do capitalismo é fazer o tempo de trabalho excedente crescer, enquanto produz mecanismos objetivos-subjetivos para que o tempo de trabalho necessário não cresça na mesma proporção, ou até diminua. Nesse sentido, o que define o aumento da exploração não é a quantidade produzida a mais e sim se o capitalista consegue criar as condições de expandir sua apropriação sobre o tempo na forma da vitória do excedente sobre o necessário.

Para isto ele cria três mecanismos ao longo do tempo que estão associados entre si. O primeiro é o prolongamento da jornada de trabalho, a mais valia absoluta. E, cada contexto histórico denuncia como o capital expande esse processo sem necessariamente aumentar as remunerações, como por exemplo, o atual banco de horas ou a terceirização com o objetivo de transformar os e as assalariadas em “empreendedores”.

O segundo movimento de expansão do trabalho excedente sobre o necessário denomina-se de mais valia relativa. Relaciona-se à incorporação tecnológica no processo de trabalho, permitindo que no mesmo tempo de trabalho se intensifique o trabalho, ou seja, se produza uma maior quantidade de bens no mesmo tempo anterior. No entanto, só haverá uma maior taxa de exploração se o capital conseguir de fato mudar a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Isto potencializa a geração de valor e a apropriação de parte da intensidade como não remunerada, ou responsável por uma reestruturação produtiva que gera novas condicionalidades estruturais para o mundo do trabalho.

Ou seja, o desemprego ou reorientação para o setor serviços do que antes era o campo da produção industrial. O terceiro movimento diz respeito à disputa intercapitalista e o processo contínuo de inovações tecnológicas, ou de ganhos oriundos destas, que permite determinados capitais financeiros se apropriarem de parte da mais valia do seu próprio setor, ou de outros setores, por conta do ganho temporário que tem com as inovações, tensionando a taxa média de salários para baixo, e a média de lucro para cima. O que é próprio da mais valia extraordinária está no campo do que se entende por fusões e aquisições e as políticas de trustes e cartéis, mecanismos da alta esfera produtiva do capital financeiro monopolista que não somente extrai e espolia os territórios e sujeitos mas patenteia e lança, como mercado futuro, o

que ainda não projetou como mercadoria. Ou seja, trabalha, patenteando os recursos naturais, com uma promessa de mercadoria futura à custa de muitas vidas destruídas e segregadas no presente.

Estas três formas, combinadas, expõem em cada tempo histórico e cada território, o caleidoscópio da relação estrutural, daninha e desigual entre capital e trabalho. O primeiro somente se concentra e se centraliza à custa de um segundo que se pauperiza, superexplora, exclui. Cabe destacar que a relação entre totalidade e particularidade, ao se estudar a divisão internacional do trabalho, nos permite empreender o estudo, em cada texto-contexto, das combinações diversas implementadas pelo capital financeiro no âmbito mundial para compor uma taxa média de lucro à luz de uma acentuação da exploração da força de trabalho no âmbito mundial. Nesse sentido, é que Marini abre o debate da Dialética da dependência se perguntando acerca do Segredo do intercâmbio desigual. Apresenta, na aparente análise inicial da circulação de mercadorias, a essência da produção combinada entre o que se produz na América Latina em sua relação indissociável das necessidades do capital financeiro que atua e organiza o comércio mundial.

Ao olhar a década de 1960 para trás, Marini mostra o movimento combinado entre a produção da periferia agrícola e dos centros industriais. A primazia da mais valia absoluta no nosso continente, com países eminentemente agrários em sua pauta de exportação, com finalidade de produzir para fora, sem dar centralidade ao mercado interno, necessita ser explicada no consumo de alimentos pelos trabalhadores do exterior e de matérias primas pelos capitalistas estrangeiros, a preços cada vez mais retraídos frente aos bens de consumo duráveis.

É aí que ganha vida o debate proposto por Marini, fruto de um tempo histórico, anos 1960 e 1970, de revoluções burguesas (tecnológicas) e socialistas (russa, cubana, chinesa...). Ante o debate do desenvolvimento e da dependência na América Latina, no final dos anos 1940 a CEPAL<sup>56</sup> conformou um referencial inédito e próprio para explicar o fundamento do subdesenvolvimento do continente. E centrava seu debate crítico às teorias das vantagens

<sup>56</sup> “A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. A CEPAL tem duas sedes sub-regionais, uma para a sub-região da América Central, situada na cidade do México, e a outra para a sub-região do Caribe, em *Port of Spain*, estabelecidas em junho de 1951 e dezembro de 1966, respectivamente. Além disso, tem escritórios nacionais em Buenos Aires, Brasília, Montevideu e Bogotá e um escritório de ligação em Washington, D.C”. Ver: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0> Acesso em 27/03/2020.



comparativas e absolutas de David Ricardo<sup>57</sup> e Smith, assentada na política keynesiana de estado intervencionista planejador do desenvolvimento. Para a CEPAL o segredo do intercâmbio desigual vinculava-se à diferença contínua dos preços no comércio internacional. Ou seja, os preços dos produtos primários tendiam a não crescer na mesma proporção que os preços dos produtos industriais. E esta diferença era resultante do processo de atraso técnico científico nas economias concebidas como periféricas. Ou seja, a produtividade média do trabalho nestas economias, tendia a ser menor que a produtividade média do trabalho nas economias centrais.

Essa explicação ainda que inédita para a lógica da produção intelectual da América Latina descrevia, segundo Marini, na aparência do comércio internacional, uma realidade de troca desigual, mas não explicava sua estrutura por dentro. Portanto, como diagnosticava o entrave baseado na melhoria do comércio internacional, sua concepção de desenvolvimento nacional vinculava-se à própria ordem e desdobramento do capital, a partir do modelo de industrialização substitutiva de importações.<sup>58</sup>

Marini parte desta construção, que cabe destacar é o ponto de partida do debate da dependência nos anos 1960, para mostrar que, tanto a explicação como a proposição não resolveriam o processo do atraso porque a América Latina integrava a dinâmica geral de produção de mercadorias. Produção esta que no século XX encontrava-se sob a égide da fase imperialista, a era dos monopólios dominada pelo capital financeiro (fusão entre capital bancário e capital produtivo).

<sup>57</sup> David Ricardo (1772-1823). Economista inglês de origem portuguesa. Ver: RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

<sup>58</sup> “O desenvolvimento industrial da região tornara-se dependente do setor exportador, através do processo de substituição de importações. Este processo foi resultado de uma situação histórica e depois passou a ser sistematizado a nível teórico e conceitual. Ele foi resultado de algo que André Gunder Frank assinalou com muita ênfase nos seus estudos sobre América Latina: das dificuldades geradas pelas crises globais do capitalismo mundial. Em particular, a crise de 1929 teve um efeito limitante do comércio mundial, que caiu, na época, em cerca de 50%, diminuindo as importações da região. Celso Furtado mostrou também como a política de financiamento dos estoques de café no Brasil manteve a renda média do país durante a crise de 1929 e, portanto, a demanda interna. Em outros países buscou-se ao máximo preservar o poder de compra interno. Criou-se assim um protecionismo espontâneo, consequência da crise econômica mundial, que viabilizou o desenvolvimento da indústria nacional, a qual passou a substituir grande parte dos produtos que se importavam anteriormente. O fenômeno da substituição de importações surgiu como resultado das crises e contrações do comércio mundial e começará a ser objeto de sistematização teórica e política na década de 30, quando em um artigo muito importante no Boletim do Ministério de Indústria, Comércio e Trabalho, Roberto Simonsen, o grande historiador econômico e líder industrial brasileiro, o descreveu pela primeira vez. Na década de 50, a CEPAL estudou as particularidades deste processo de substituição de importações: ele se inicia pela substituição de importações de produtos de consumo, sobretudo de elite, que logo se veem saturados. Mas nos anos 40 a substituição de importações se orienta para os bens de consumo durável e somente numa última etapa, já na década de 60, começa uma substituição no setor de maquinarias. Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição de importações fez com que o crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações”. IN: DOS SANTOS, Theotonio. *Teoría de la dependencia: Balance y perspectivas*. México, Plaza y Janés, 2002, p. 47-48.

Para explicar o movimento à luz do referencial marxista-leninista, Marini dissecou o funcionamento do processo de extração de valor em economias primário exportadoras. Além de evidenciar o caráter geral da dinâmica do capital na sua fase imperialista e as teses principais ecoadas dos estudos de Lênin relativas à concentração e centralização de capitais, a exportação de capitais, além da partilha do mundo entre os grandes monopólios e seus estados sedes.

Reforçando um pouco mais o segredo do intercâmbio desigual em Marini: na América Latina, condicionada desde fora por uma situação peculiar de produção de bens alimentícios e matérias primas a realidade da exploração demanda outro olhar, sem desconectar-se do estudo da dinâmica geral do capital. Nestas, a produção e a circulação das mercadorias, condicionam um tipo de taxa de exploração inicial capaz de fazer com que parte expressiva da classe trabalhadora desses países seja também consumidora dos bens produzidos. Isso significa que a exploração está diretamente condicionada ao consumo, à constituição de um mercado interno, associada à primazia da hegemonia destas economias no comércio internacional. Então explorar e permitir a conformação econômica, política e ideológica para o consumo dos trabalhadores efetivarem parte da realização do valor, torna-se uma premissa nas economias centrais no período estudado, década de 1970 para trás.

Na América Latina, economia assentada sob a produção para o mercado internacional, os trabalhadores e as trabalhadoras não serão entendidos como consumidores diretos. Isto permitirá ao capitalista que atua nesses territórios criar mecanismos próprios de, além de extrair valor a partir de suas condições estruturais peculiares (anterior, mas contínuo processo histórico social escravagista) participar, via produção mais perversa da condição de sobrevivência dos e das trabalhadoras, do comércio internacional de forma subordinada em plena era dos monopólios.

Então, o elemento analítico principal exposto por Marini para entender a relação dialética entre economias centrais e economias periféricas refere-se ao funcionamento real da lógica da produção nessas economias. Após partir, é evidente, dos mesmos processos que fundamentarão sua crítica marxista aos equívocos do nacional desenvolvimentismo. É daí inclusive que derivará muitos equívocos sobre as teses de Marini acerca de um pseudo circulacionismo. Ora, partir do real debatido no seu tempo e romper as trevas de um pensamento acomodado à própria lógica mercantil, exigia explicitar de onde partiam esses referenciais (se, de debate tratava-se) e navegar, de forma assertiva, para outros horizontes analíticos. No caso de Ruy, na ortodoxia marxista.

Em Marini, é a lógica de produção internacional em geral e sua faceta particular presente na América Latina que nos dá a base de entendimento histórico sobre a forma-conteúdo da exploração. Entendida esta como um jogo desigual e combinado que leva em consideração tanto a hegemonia capitalista e seu poder irradiador de controle coercitivo e/ou consensual do mundo, como a hegemonia nos territórios capitalistas dependentes. Em ambos o trabalho está condicionado ao capital. Mas é na particularidade que verificaremos as doses comuns e diferentes de seu caráter violento, sanguinário, produtor fetichizador de verdades absolutas naturalizadas.

Se estudarmos, por exemplo, o caso do desenvolvimento industrial brasileiro, até os anos 1960, dando ênfase especial, ao período nacionalista de Getúlio Vargas, à luz da economia política crítica latino-americana da TMD, portanto, verificaremos algumas questões que reforçam os argumentos de Marini sobre os três elementos que fundamentam a particularidade da exploração no continente.

Devemos afirmar que o modelo de substituição de importações, ao internalizar maquinário e novos ramos produtivos, muda a composição do trabalho até então hegemônica que é a matriz agrícola. No entanto, apesar de fortalecer, na lógica do trabalho assalariado livre, uma produção urbano-industrial ancorada na conformação das cidades, o faz sem que os salários dos trabalhadores sejam compatíveis com essa nova realidade. Ou seja, a indústria nascente, com uma composição orgânica e técnica do capital mais elevada que o campo, nos anos 1930 a 1950 não será capaz nem de incorporar mão de obra massiva, com o maquinário obsoleto vendido para os trópicos, tampouco efetivar uma política salarial que, na média do assalariamento brasileiro permita a efetivação de um mercado interno.

Em contrapartida, o campo manterá sua primazia no número de trabalhadores em produção atrelados a intensas jornadas de trabalho, análogo inclusive ao escravo e sem direitos trabalhistas totais, o que o remete à primazia da mais valia absoluta. E na totalidade do mundo do trabalho brasileiro na fase de consolidação urbano industrial, das cidades (periféricas), a média de salários, com diferentes tipos de pagamentos, dado que a maioria não teria acesso aos direitos trabalhistas, seria pressionada para baixo.

A combinação entre uma taxa de mais valia relativa mais intensa que a das economias centrais dado o pagamento de salários bem abaixo das economias centrais, somada à intensificação da taxa de mais valia absoluta efetivada no campo, compõem um todo desigual e combinado de extração de valor protagonizados pela burguesia industrial e pela burguesia agrária atuantes no Brasil.

Reforço este fato: a constituição das cidades urbanas no Brasil que não nasce com o capital industrial, mas com o capital comercial colonial e suas cidades portos, é um retrato fiel à estrutura desigual produzida, no século XX, pelo capital industrial europeu em associação com a nascente burguesia industrial nacional. Isto, associado também, à manutenção do poder da oligarquia agrária e de suas respectivas transições das matrizes produtivas, com especial ênfase à política de exportação de café.

O que é então a superexploração para Marini, é um mecanismo que explica o caráter *sui generis* do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Assim concebido como desenvolvimento capitalista dependente pelos autores da TMD. Sua explicação reforça: a) os laços desiguais entre produção internacional e produção nacional; b) as particularidades internas da produção de mercadoria; c) as formações sociais e históricas, o poderio econômico e político que se perpetuou após as independências; d) a consolidação fetichista de um processo de desenvolvimento urbano industrial, que jamais deixará de ser também agrário, à custa de uma massa de trabalhadores sem direitos, mal remunerados e/ou excluídos de fato do processo produtivo no campo e na cidade.

Todo esse conjunto de elementos explicará a forma-conteúdo da extração de valor na América Latina. Mas o elemento constitutivo de sua explicação é que desde o nascimento do capitalismo dependente os salários não cumpriram para a maior parte da classe trabalhadora imersa nos trabalhos produtivos e improdutivos, a função de consolidar, nem o fará ao longo do tempo, uma classe trabalhadora capaz de consumir o suficiente para ter acesso à casa própria (direito à moradia), altos níveis alimentares, acesso à educação, à saúde, aos direitos sociais.

Então, se nas economias centrais chegar à superexploração é um processo que demanda tempo e se efetiva nas próprias crises inerentes ao metabolismo do capital, na América Latina o capitalismo dependente já nasce sob essas bases acirrando ainda mais o número de condenados da terra. A consolidação urbano-industrial não foi capaz de transformar a classe trabalhadora brasileira e latino-americana em consumidora efetiva sem dívidas. O pagamento de salários médios abaixo do valor de reposição de seu tempo de trabalho necessário conformou, desde seu nascimento, levando em conta as diferentes fases do capitalismo no século XX em adiante, um exército de trabalhadores e trabalhadoras mal remunerados/as. Mas, infelizmente, com o sonho promissor (enganosa constatação) de que, se trabalhassem mais, associando desenvolvimento técnico com intensificação da jornada de trabalho, melhorariam suas condições de vida.

A ideologia desenvolvimentista foi e é muito violenta. Criou diversas gerações que não conseguiram romper com o círculo vicioso de seus entraves, conformou uma luta sindical por direitos para uma minoria conformadora da classe trabalhadora assalariada e deixou à margem, um exército industrial e agrário de reservas intensificando as fileiras das explorações e opressões. A superexploração da força de trabalho na América Latina explica o ontem e o hoje do nosso funcionamento interno centrado em uma dinâmica externa ainda mais violenta na relação capital-trabalho.

Entender a superexploração em sua particularidade dependente é fundamental para conseguirmos conformar uma leitura atual pertinente com uma boa ação transformadora. O retrato das cidades urbano-industriais hoje, em tempos de serviços e de trabalho hiperprecarizados, confirma o quanto seguimos dando vasão a este processo violento de particular extração de valor para a realização deste tanto interna como externamente. Produz e mantém a burguesia que atua no território e produz e transfere valor para a burguesia que atua hegemonicamente no mundo.

**Questão: Na sua avaliação a categoria superexploração do trabalho encontra seus fundamentos no âmbito d'O Capital de Marx ou este teórico não a compreendeu com uma das formas possíveis de exploração capitalista?**

**Roberta Traspadini:** A superexploração entendida como intensificação da exploração está, sem dúvida alguma, em Marx. E se integra a própria dinâmica do capital de contrarrestar a lei tendencial à queda da taxa de lucro. Para isto, o capital monopolista opera econômica, política, culturalmente na construção de mecanismos que gerem na marra ou no marketing, dito entendimento de que todos e todas precisam fazer sua parte para a saída da crise.

Então mais exploração é sinônimo de desenvolvimento capitalista. E isto está em Marx tanto em suas obras econômicas de maneira mais explícita, como também em suas obras filosóficas e políticas, pois não há dois Marx (jovem e maduro). Há Marx vida e obra. Nesse sentido, a exploração intensifica-se ao mesmo tempo em que avançam os mecanismos de opressão e controle para que ela seja efetivada. Mudanças no Estado de direito, ampliação das criminalizações e dos sistemas prisionais, reiteração dos estereótipos de crimes e criminosos apresentam-se cada vez mais como um pacto comum a ser perpetuado para todo o mundo. Uma nova política de relações internacionais assentada por bases comuns, mas que jamais deixarão de tomar em conta a particularidade territorial e humana dos países. Afinal, os recur-

sois minerais e naturais estão materializados em alguns lugares, assim como o capital está arraigado em outros como sede, mesmo quando possa intencionalmente atuar como a pátria.

Vale destacar esse movimento. Enquanto em Marx a exploração tende à superexploração, em Marini, na América Latina, o capitalismo dependente nascido no século XIX, já nasce sob essas condições dado seu movimento de compensação interna do contínuo processo de transferência de valor. Então, Marini, como rigoroso e sério leitor de Marx, apreende, em seu tempo, o movimento do real latino-americano no processo geral de produção e reprodução ampliada do capital. Uma combinação perfeita para entendermos, desde o chão que pisamos, a realidade concreta das relações internacionais a partir do lado de cá, mesmo que condicionados pelo capital de lá.

Nos tempos de Marx, ainda que sua elaboração esteja estruturada para nos permitir explicar as tendências gerais, que no nosso tempo viraram realidades concretas, muitos dos movimentos atualmente vividos, ainda não haviam se apresentado como tais em toda sua intensidade. Por exemplo, a industrialização das economias periféricas e a grande lógica de produção flexível decorrente das reestruturações capitalistas. Tampouco a primazia que ganhou o capital fictício no nosso tempo. Anunciar e denunciar a tendência não é o mesmo que ter que elaborar sobre ela no momento em que dita intensidade ocorre. Isto sem falar do desenvolvimento técnico científico como de fato ocorreu posterior à sua morte e os recursos minerais que imprimiriam o ritmo de dita concorrência intercapitalista. Então, coube aos marxistas do século XX trabalhar o seu tempo à luz do método e categorias marxianas.

A obra de Ernest Mandel,<sup>59</sup> por exemplo, um dos mais notórios marxistas do século XX, parceiro intelectual e político de outro gigante marxista Rosdolsky, nos ajudam a entender como a intensificação da exploração e da miséria no mundo não anulam a especificidade da exploração. Mandel em *O capitalismo tardio*, incorporando vários autores que estudam o desenvolvimento do capitalismo dependente, como André Gunder Frank,<sup>60</sup> Theotônio dos

<sup>59</sup> Ernest Ezra Mandel (1923-1995). Economista marxista belga, além de militante e teórico trotskista. Ver: MANDEL, Ernest. *Tratado de economía marxista (Tomo I, II e III)*. México: Ediciones Era, S. A, 1969. Ver: MANDEL, Ernest. *The formation of the economic thought of Karl Marx: 1843 to Capital*. New York: Monthly Review Press, 1971. Ver também: MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

<sup>60</sup> André Gunder Frank (1929-2005), Ph.D. em Economia pela Universidade de Chicago. Nascido em Berlim, no seio de uma família antinazista, viveu também na Suíça, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, México, Chile e Brasil. Sociólogo e historiador econômico foi um dos expoentes da Teoria Marxista da Dependência (TMD). De acordo com Theotônio dos Santos, “não devemos perder tempo buscando entre os vencedores do prêmio Nobel, Gunder Frank é o economista mais citado e mais discutido do mundo, como revelam vários estudos sobre o tema e as mais de 30.000 entradas sobre ele na internet”. (SANTOS, 2005). Ver: GUNDER FRANK, A. *Dependence Is Dead, Long Live Dependence and the Class Struggle: An Answer to Critics*. Latin American Perspectives, Vol. 1, No. 1, Dependency Theory: A Reassessment. (Spring, 1974), pp. 87-106.; GUNDER FRANK, A. *Latin American Development Theories Revisited*. Latin American Perspectives, Issue 73, Vol.19 No. 2, Spring 1992,125-139.; GUNDER FRANK, A. *Latinoamérica: subdesarrollo capitalista o revolución socialista*. Pensa-



Santos, naquele então Anibal Quijano<sup>61</sup>, Samir Amin<sup>62</sup>, faz um excelente estudo sobre as mudanças substantivas decorrentes do capitalismo em sua fase mais avançada após anos 1960/1970.

O que quero reiterar com isto, é que, se para os dogmáticos basta ler Marx para visualizar que tudo está lá e ponto, para o marxismo ortodoxo é necessário que o leiamos à luz do nosso tempo, pois o tempo não somente não pára como nos dá novos e mais complexos elementos para explicar as fases anteriores. Nesse sentido, não é justo atribuir à Marx ou a magia-fábula, o desvendar de todos os segredos da humanidade, ou a farsa: as coisas se intensificaram tanto que Marx já não explica nada, pois chegamos ao fim do trabalho e da história. Ante esses dois desvios, precisamos, à luz das contradições do nosso tempo, partir do nosso real vivido para verificarmos se na intensificação do roubo do tempo, das opressões e explorações que lhe são próprias, seremos capazes de, com uma boa e certa teoria, movimentar como classe nossas ações para além do espontaneísmo e/ou dirigismo.

A política tem referencial teórico assim como a teoria abriga teses políticas. É dessa relação dialógica indissociável que devemos avançar, pois perdemos tempo demais discutindo quem está certo e quem está errado para dentro do campo crítico. Enquanto isto, o capital avança de forma implacável sobre e contra nós como classe em nossos diferentes campos de atuação, com mais intensidade, com certezas, sobre os dorsos historicamente cansados de tanto violência estrutural.

Em resumo, enquanto houver um processo engendrado por relações metabólicas estruturais desiguais, a superexploração necessitará narrar um mecanismo ao mesmo tempo comum, global, e diverso, o particular. No caso da América Latina, a superexploração narra nossa impossibilidade concreta de exigir soberania e autonomia no campo da política, dada a

---

miento Crítico, Habana, nº13, febrero de 1968, p. 3-41. Ver também: GUNDER FRANK, A. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.; e GUNDER FRANK, A. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Colección Socialismo y Libertad, nº 39 [1965]; [1972], 2015. IN: <https://elsudamericano.wordpress.com/2015/10/27/capitalismo-y-subdesarrollo-en-america-latina-andre-gunder-frank/> Acesso em 03/04/2020. Para maiores informações sobre o autor e sua obra consultar o seu site na internet: <http://rojasdatabank.info/agfrank/>.

<sup>61</sup> Anibal Quijano (1930-2018). Sociólogo e pensador peruano, formulador do conceito de “colonialidade do poder”. Ver: QUIJANO, Anibal. *América Latina em la economía mundial*. Problemas de desarrollo, Octubre-diciembre, 1993; *Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia*. Revista Novos Rumos. Ano 17, nº 37, 2002, pp. 4-28; *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

<sup>62</sup> Samir Amin (1931-2018). Economista e cientista social marxista egípcio-francês. Ver: AMIN, Samir. *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*. Monthly Review Press, Nova York, 1974; *The Challenge of Globalization, Review International Political Economy*. RIPE, Vol. 3, Nº 2, Summer 1996, Routledge, Londres, pp. 216- 259. *Class and Nation, Historically and in the Current Crisis*. London: Heinemann, 1980. *Eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1989; *Understanding the Political Economy of Contemporary Africa*. Africa Development, Volume XXXIX, No. 1, 2014, pp. 15-36.

subsunção formal e real no campo da economia. Nesse sentido, discutir nações e nacionalismos passa, necessariamente, por revelar as estruturais fundantes de nosso desenvolvimento desigual e combinado. Marini, utilizando, a categoria elaborada pelo alemão August Thalheimer<sup>63</sup>, de cooperação antagônica<sup>64</sup> mostra como esta combinação está fadada a gerar mais dependência ao invés de resolvê-la.

Na batalha das ideias, a crítica dentro e fora do campo marxista, nos direciona para sermos ainda mais rigorosos na defesa bem elaborada de nossos argumentos a partir da realidade concreta. A vida é movimento. E como tal, exige que nos reinventemos o tempo todo, seguros, é certo, dos caminhos que vamos sedimentando como trilhas fecundas para nosso processo de construção societária. Então ao invés de nos entendermos como inimigos estando presentes no mesmo campo, os tempos bárbaros exigem urgência na paciência histórica construtiva rumo à produção de caminhos emancipatórios. A potência da diversidade deve por isto ser celebrada e não aniquilada. Há espaço para o pensar criativo, o que não valida mais jogão ao ostracismo, dentro do pensamento crítico, aqueles e aquelas que pensam a partir de diferentes pontos de partida sedentos e sedentas por uma nova ordem.

**Questão: Na sua avaliação é possível afirmar a existência, no capitalismo contemporâneo, de uma divisão racial do trabalho e de superexploração racial do trabalho?**

**Roberta Traspadini:** Penso que este é um dos mais importantes temas sobre os quais precisamos avançar. Na atualidade, graças aos avanços de muitos movimentos sociais como o movimento negro, o movimento feminista, os movimentos camponeses etc. temos uma gama de elementos bem formulados que precisamos utilizar para reformular, no nosso tempo, nossas teses principais.

Sem dúvida alguma, no caso brasileiro e de parte substantiva da América Latina a questão racial, o racismo estrutural, denota a particularidade da superexploração. Isto significa, a meu juízo, que precisamos também dar um salto substantivo nos autores e autoras que integram nossa formação social e histórica. Isto não quer dizer que deixemos de lado Caio

<sup>63</sup> August Thalheimer (1884-1948). Filósofo, teórico marxista e [ativista alemão](#). Discípulo de Rosa Luxemburgo. Participou da fundação do Partido Comunista Alemão, juntamente com Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Leo Jogiches, Ernst Meyer, Frolich e outros. Atuou no âmbito da Internacional Comunista e do Instituto Marx-Engels. Morreu exilado em Cuba. Ver: THALHEIMER, August. *Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial*. Salvador, Centro Victor Meyer, 1946. [Tradução do alemão por: SAP, jan. 2012]. Ver: <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-thalheimer/> Acesso em 27/05/2020.

<sup>64</sup> Nos termos de Ruy (Subdesenvolvimento e revolução, 2012, p. 114): “A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida, assim, a um ponto crítico que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe um dilema entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, marchando rumo à ruptura”.

Prado Jr, Celso Furtado, Darcy Ribeiro<sup>65</sup>, Florestan Fernandes, entre outros. Mas que os lermos à luz de outras grandes referências intelectuais, políticas e sociais.

É inconcebível, a meu ver, tratarmos a história recente sem tomar em conta a necessidade autocrítica de revisão de nossa formação. Antes, talvez, isto se justificasse pela forma como o conhecimento acadêmico e a postura política se edificou na recente história da América Latina. Hoje, no entanto, os ecos e vozes de muitos movimentos exigem, sim, muitas interlocuções com temas pertinentes, atuais e que conformam nossa realidade concreta.

No entanto, gostaria de demarcar a centralidade do marxismo em geral e do marxismo latino-americano em particular. Respeitar a diversidade, mas assumir nosso posicionamento deveria ser um elemento constitutivo da beleza produtiva coletiva. Mas o que vemos é uma ampla gama de sujeitos que, mesmo sem conhecer, eliminam o referencial marxista de suas análises dentro e fora da academia. Isso é mais do que um desvio, é um negligente e violento epistemicídio e politicídio. Contra isto devermos nos levantar. Assim como todo tipo de dogmatismo de direita e de esquerda.

As pautas identitárias que se identificam, muito, com o pensamento decolonial e pós-colonial, não devem ser entendidas como nossas inimigas, enquanto marxismo ortodoxo. Mas isto exige de ambos um processo de aprendizagem e paciência histórica impar se de construção política e coletiva se trata. É desse horizonte de produção do novo, bebido de uma realidade concreta violenta e desigual que devemos consolidar o bom combate capaz de nos fazer tecer novamente novos arranjos societários necessários para a produção de outro sentido sobre o viver. Nessa construção, não só povos originários e afrodescendentes do passado e do presente, mas também diversos intelectuais e militantes foram alijadas da construção política desses referenciais.

É hora de revisarmos nossos equívocos, perpetuarmos a pedagogia do exemplo e, tendo certeza sobre nossos processos nos abirmos para o novo, sem perder o rumo teórico, metodológico e político que nos orienta. Nossa melhor contribuição como TMD é aprendendo rigorosamente os caminhos que os levaram, com rigor e com afeto, à teoria da ação, manter essa trilha, construindo para isto renovados processos de aprendizagens sobre nossa história de ontem e de hoje.

Nesse sentido a divisão social, sexual e racial do trabalho mais do que pautas de investigações à luz da TMD são problematizações que pulsam do cotidiano, estão enraizadas na

<sup>65</sup> Darcy Ribeiro (1922-1997). Antropólogo, Autor e político brasileiro. Ver: RIBEIRO, Darcy. *O Dilema da América Latina: Estruturas de Poder e Forças Insurgentes*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1988; *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

formação social latino-americana de forma a dar substância explicativa ao processo histórico do capitalismo dependente. Condicionantes cuja história presente exige da TMD elementos que expliquem e superem dita condição do viver. Para isto, precisamos avançar do plano da recuperação deste expoentes – Marini, Bambirra, Dos Santos – para o plano da elaboração fruto do nosso tempo. Nesta tarefa muitos nomes de diversos campos e gerações serão necessários e bem vindos ao time atual da TMD. Assim poderemos afirmar que Marini, Bambirra e Dos Santos estarão presentes agora e sempre.

Gostaria, por fim, de reiterar a centralidade que devemos dar à formação da juventude. Sobre ela recaem muitas condicionantes fruto de um tempo intensamente violento na superexploração e superopressão vividas. Essa juventude, com bastante acesso às informações de todos os gêneros, parece estar órfã de referências no plano político. E isso é tanto o resultado histórico da violência do capital contra o trabalho, em todas as células, tamanha a destruição intencional do que entendemos como células políticas, como do nosso empobrecimento político como classe. A fragilidade no trabalho de base, a ausência de compromisso político de fato materializado na realidade concreta de nossas ações e um movimento cada vez maior de explicitar as teorias como se elas tivessem descoladas da transformação social, tornam-se desafios a serem superados pela intelectualidade crítica.

Nessa formação precisamos tomar em conta a diferença que existe entre nossos tempos, processos formativos e as múltiplas crises nas quais estamos imersos. Vivenciamos uma geração que demanda muitos afetos. Talvez nosso ato amoroso esteja de fato colocar a TMD a serviço dessa geração que quer encontrar respostas para o viver, superar as amarras que a prende, mas a partir de uma construção coletiva real. Portanto, é hora de desacelerarmos para nos conectarmos com as novas gerações a partir de nossa teoria da ação revolucionária no continente. Sem verdades absolutas e com todo o rigor e compromisso necessários para as transformações do nosso tempo. Nisto, a TMD tem muito para contribuir e deverá ampliar esta atuação dentro e fora dos muros universitários latino-americanos.

Dos desafios geracionais com os quais precisaremos dialogar e avançar estão: as elaborações que nos ensinam sobre as violências e revanches de gênero, de raça, de gerações. Avançar sobre a comunicação popular, sobre as aprendizagens dos sujeitos em seus respectivos territórios, a cultura e a educação popular, tornam-se pautas vivas de reencontros necessários como e para a classe trabalhadora latino-americana.

Como sustentava Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução (1969)*, somos gerações herdeiras do melhor processo consolidado no continente que pulsa revoltas, revanches e revoluções sociais. Devemos resignificar nosso passado no presente como herdeiros e herdeiras

das e dos modernos muralistas mexicanos, dos e das revolucionárias cubanos, nicaraguenses, bolivianos, peruanos, paraguaios e brasileiros em suas diferentes intencões e quilombos ao longo dos mais de 500 anos de opressão e exploração. A chave é reascender as chamas das revoluções tomando em conta as diversas chispas que ao longo da história salpicaram potencialidades revolucionárias. Os tempos modernos exigem. O que faremos então do nosso tempo nesse tempo?